

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Ata n.º 02

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Novembro, aditamento de dezoito de novembro, segundo aditamento de vinte e quatro novembro e terceiro aditamento de vinte e quatro de novembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeira Secretária: Jorge Paulo Vasques Loureiro; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 03-11-2025; -----

PONTO DOIS: Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

PONTO TRÊS: Eleição de quatro Membros Efetivos e dois Membros Suplentes, da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL); -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Ajuste Direto para “Aquisição do evento iminente Takeover Albufeira”, com o preço base de 160.000,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Município de Albufeira – um passo para a transformação digital” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2025-13: Digitalização da administração pública local (ITI CIM AMAL) – correção de valores, com o valor de 1.297.670,63€, com IVA incluído à taxa legal em vigor;

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Ciclo Urbano da Água em Albufeira: Modernização, Eficiência, Sustentabilidade e Reutilização” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2024-58: Ciclo Urbano da Água em Baixa – ITI CIM, com o valor de 3.917307,65€ com IVA incluído à taxa legal em vigor; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, a Proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de Competência para Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos; ---

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, da Proposta de Nomeação de elemento para constituição de Júri – Bolsas de Estudo; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela Coligação “Ser Albufeira”, acerca do tema “Auditorias à Câmara Municipal de Albufeira, nomeadamente, uma Auditoria Financeira e uma Auditoria Legal e de Conformidade ao exercício/mandato do anterior Executivo Camarário; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo Partido CHEGA, acerca do tema “Comemoração do 50.º Aniversário do 25 de novembro de 1975”; -----



PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Jorge Paulo Vasques Loureiro, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelu Guerreiro Cabrita, Alberto Esteves do Rego Saraiva, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Hugo Miguel Isidro Aires, Raul Manuel Soares Ferreira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Cláudia Sofia Pais Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Alberto Esteves do Rego Saraiva. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, José Carlos Rolo, Cristiano José da Ponte Cabrita, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Câmara Municipal: “Gostaria de pedir a palavra, para pedir à Assembleia Municipal de Albufeira que se fizesse um minuto de silêncio em nome das vítimas do tornado do dia dezasseis de novembro. “-----

A Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal o minuto de silêncio, que foi aprovado por unanimidade. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ivo Laranja: “Excelentíssimos senhores, tomo a palavra hoje para abordar um tema de enorme relevância para o futuro do nosso concelho, a participação cívica e política dos jovens de Albufeira. Como é do conhecimento de todos, a Assembleia Municipal da Juventude é um importante instrumento previsto para promover o diálogo entre os jovens e os órgãos do poder local. Trata-se de um espaço de formação cívica, de debate e de envolvimento na vida democrática do concelho. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Cristina, a juventude não é apenas o futuro, é o presente, são os jovens que frequentam as nossas escolas, que dinamizam as nossas associações e que em breve são os principais atores da nossa economia e, a nossa vida comunitária. Por isso, venho hoje solicitar formalmente ao executivo municipal, que promova com urgência e determinação a aplicação efetiva da Assembleia Municipal da Juventude, garantindo a calendarização anual das sessões da Assembleia Municipal da Juventude, a articulação com as escolas, associações juvenis e movimentos estudantis do concelho, a disponibilização de recursos logísticos e, humanos necessários para o funcionamento regular deste órgão, a integração das propostas apresentadas pelos jovens nas políticas municipais, sempre que pertinente. Esta medida não é apenas simbólica, é um passo concreto para aproximar os jovens da vida política local, para os ouvir, para lhes dar voz nas decisões que moldam o futuro do



nosso município. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, precisa de uma juventude ativa, participativa e confiante e, essa confiança só se constrói quando lhes damos espaço para participar e, sentir que são parte integrante da nossa democracia local. Assim, apelamos ao executivo para que cumpra este compromisso, transformando a Assembleia Municipal da Juventude numa realidade viva, participada e inspiradora para todos os jovens de Albufeira.” -----

Manuel Merceano: “Boa noite, felicita-los antes de mais pela vossa eleição, espero que esta legislatura, corra bem, os meus parabéns. A vida é feita de vitórias e derrotas e, na política não é diferente. E, quando as pessoas que andam na política, não têm a capacidade de aceitar as derrotas ou saber dirigi-las ou geri-las é muito mau e não vale a pena andar, nem na minha vida política, nem sequer na vida pública. Na tomada de posse deste executivo fiquei surpreendido pela não presença do anterior Presidente de Câmara. Acho que foi uma falta de respeito para com os albufeirenses e, para com Albufeira, não mereciam, mas as atitudes ficam com quem as pratica. Senhor Presidente, o anterior executivo teve aqui vários méritos, pelo menos dois que nós não podemos retirar e, quando as pessoas têm mérito temos de estar do lado delas. O primeiro mérito foi do turismo, esta cidade começou a ser conhecida pela capital do turismo do sexo, da droga e do álcool, é mérito do antigo executivo. A pergunta que lhe faço é a seguinte: vamos continuar com este turismo deprimente? Com este turismo que arrasou Albufeira, ou vamos mudar de turismo, vamos ter o turismo que tínhamos, por exemplo, nos anos noventa, tínhamos turismo de excelência e familiar? Depois, o centro de saúde, o anterior executivo teve outro mérito de perder as verbas do PPR destinadas à construção do centro de saúde, e este executivo, o senhor Presidente já sentiu na pele aquele centro de saúde e, que aquelas urgências não satisfazem a capacidade de Albufeira. Tivemos um mini tornado, foi uma coisa soft, porque se calhar ser fosse outra coisa com outra gravidade, não sei como é que seria. Portanto, o senhor antigo Presidente da Câmara, ainda apresentou aos profissionais de saúde deste concelho o projeto, toda a gente se riu com o tamanho da coisa, porque era uma coisa pequeníssima, acho que, era igual àquilo que lá estava. Como sentiu que estava a ser gozado, ainda disse às pessoas: “mas eu só tenho um milhão de euros para fazer isto”. Senhor Presidente de Câmara, a ser verdade que a Câmara Municipal de Albufeira só tem um milhão de euros, pergunto-lhe a Câmara vai contrair algum empréstimo obrigacionista para fazer o centro de saúde, para fazer as urgências? É porque, é necessário realmente nesta cidade termos um centro de saúde e umas urgências, porque aquilo que lá está em baixo realmente ter uma bandeira do PSD, eu sempre considerei aquilo feira popular da saúde, um contentor ali, um contentor acolá, só falta contentores a vender farturas e, depois quando há situações mais graves, não temos condições para as resolver, nem os profissionais têm condições para trabalhar. Senhor Presidente, no passado dia doze, eu percebi que há muita gente do PSD que, ficaram com uma azia desgraçada, não sei porquê, não aceitaram a derrota, não sabem o que são as derrotas e, acontece que, têm feito tanta coisa, mas tanta coisa e a última, peço desculpa vou usar a expressão, a porcaria que fizeram e, é responsabilidade deles, não vamos ter a Feira Franca nesta cidade. Arranjaram um terreno sem condições, que não dava para pôr água nem luz e, isto prejudicou Albufeira, prejudicou os albufeirenses e a economia local. Senhor Presidente, eu sei que vai ser uma legislatura difícil, porque esta gente não brinca, vão fazer tudo e, mais alguma coisa para dificultar a vossa legislatura, mas também vos digo, eu espero que, tenha sido azia, porque se foi a maneira de



estar na política, então optaram pela maneira mais porca e mais suja de fazer política, porque prejudicaram os albufeirenses e esta cidade, porque os albufeirenses foram privados de ter a sua Feira Franca, que têm todos os anos. Senhor Presidente, portanto, são as questões que coloco em relação à saúde, em relação ao turismo, tinha aqui mais coisas para colocar, mas, enfim, não temos tempo, mas há aqui uma que ainda vou tentar colocar. O outro executivo não teve a capacidade durante anos de resolver um problema que temos na Quinta da Palmeira, casas alugadas aos ciganos, em que essa gente por um T1, paga um euro de renda, por um T2, paga um euro de renda, por T3 e T4, pagam dois euros de renda, nem pagam água, nem manutenção, isto custa aos cofres da Câmara milhares de euros. Eles nunca conseguiram resolver, nunca tiveram interessados em resolver, eu quero saber se o Senhor Presidente já tinha conhecimento e, se há algum plano para resolver esta situação. Muito obrigado.” - Lúcio Pescada: “Boa noite a todos, o primeiro assunto que me traz aqui hoje é para pedir a substituição das placas de sinalização para estacionamento reservado a viaturas de triciclos e quadriciclos e titulares de RNAAT nas várias paragens, para sinalização vertical, a indicar proibido o estacionamento a viaturas, com a exceção das indicadas. Pedimos não só para nós, mas também a substituição de tais placas na Alameda da Ourada, junto à Marina, para outras viaturas mais, tais como o comboio turístico, os transferes e os táxis, pois viaturas automóveis ocupam o estacionamento reservado às empresas trabalhadoras e tal sinalização seria mais adequado e eficaz. Achei por bem, fazer o pedido aqui na Assembleia Municipal, pois já fiz o pedido ao anterior vereador responsável pelo pelouro e tudo se manteve na mesma. Outro pedido tem a ver com a ocupação da via pública, em que nós, operadores turísticos de Tuk-tuk pedimos já há vários anos mais paragens, com condições para executar o nosso trabalho e negócio, mas continuamos a ter somente a paragem, junto ao miradouro do Pau da Bandeira, junto à praia da Oura e na Marina de Albufeira, com condições de sustentabilidade para um negócio que continua a ser bastante sazonal, não obstante vários de nós, continuarmos mesmo na época baixa a providenciar aos turistas que nos visitam, algo para fazerem que seja diferente e atrativo. Continuamos sem ter acesso ao que já foi aprovado na Assembleia Municipal de vinte e nove de setembro e obrigatoriedade de parar e estacionar somente em paragens, tal como vinha mencionado no projeto de regulamento que recebemos no início do ano, o que foi alterado ou não nós não temos acesso, tal irá inviabilizar o nosso negócio, lamento a expressão, mas será gozar com quem trabalha. Pensar que as pessoas vão ficar condicionados e, tentar angariar clientes somente em paragens, em locais tal como junto ao Farol de Albufeira, junto à Lagoa dos Salgados, ou na paragem de estacionamento da zona oeste da praia da Galé, próximo daquelas duas vivendas que lá se encontram, são zonas remotas, fora da malha urbana, isto é mesmo para fazer com que as pessoas desistam do seu negócio, tirar emprego aos demais. Pergunto a sua opinião Senhor Presidente, se acha que tais paragens são adequadas para o negócio das pessoas?! Pergunto ao Senhor Presidente, se concorda que se deixe de fazer passeios a quintas vinícolas e adegas locais, assim como à aldeia de Paderne, onde promovemos e dinamizamos os nossos vinhos, a nossa gastronomia e outros vários negócios. Trago comigo, para além do exemplo de sinalização a que me refiro também exemplos das avaliações que temos nas plataformas de reserva online, que são de excelência para os vários operadores de Tuk-tuk, assim como os destinos que fiz aqui referência. Também imprimir imagens de passeios onde levamos os clientes ao miradouro da Falésia, que era um dos locais que permitia o acesso a pessoas com



mobilidade reduzida, mas hoje em dia tal acesso encontra-se impossível para pessoas com tais condições, dado ter sido alterado pela Quinta do Milharo, lamento imenso a alteração, espero que o acesso embora mais difícil, se mantenha e nunca tenham intenção de cortar ao público em geral. Por fim, dizer que, hoje enviei o terceiro email à Câmara Municipal de Albufeira a pedir que nos seja enviado ou dado acesso à documentação que foi aprovada a vinte e nove de setembro, em Assembleia Municipal, neste local. No primeiro email, a seis de outubro tivemos resposta no dia a seguir por parte da senhora Luísa Alambre, que informou que os serviços da Assembleia Municipal solicitaram aos serviços da Câmara Municipal o envio da documentação e, que, tal nos seria reencaminhado logo que lhe fosse facultado. Insistimos com novo email a onze de novembro, que não tivemos resposta e hoje, ao invés da morada para a Assembleia Municipal, enviamos email para o geral da Câmara, onde evocamos a lei de acesso aos documentos administrativos, a lei número vinte e seis barra dois mil e dezasseis de vinte e dois agosto e em tal email, assim como faço lembrar aqui em Assembleia Municipal que, o regulamento aprovado pela Assembleia Municipal não é um documento preparatório, mas sim um ato concluído, ou seja, a lei obriga a Câmara Municipal a dar acesso aos regulamentos, mesmo antes da sua entrada em vigor ou da sua publicação oficial. Pergunto se, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira teve acesso ao que foi aprovado no dia vinte e nove de setembro, se concorda com o geral que lá consta, uma vez que, condiciona bastante a nossa atividade, vai tirar postos de trabalho e, há várias ilegalidades no mesmo e, se não haverá um meio de alterar ou adiar ou propor nova comissão para novo regulamento, que conosco seja reunido e, que, tenha pernas para andar porque com aquilo não vai ter, de certeza absoluta. -----

Samuel Inverno: “Quero dar as boas-vindas à Senhora Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e congratular pela vitória nas últimas eleições. Já tive conhecimento que está previsto obras de requalificação numa parte da Avenida dos Descobrimentos, gostava de saber para quando, porque este ano já foram dois carros parar praticamente à 5 de outubro e, até hoje, nada foi feito. Aquele gradeamento que ali está, não serve de nada. Foi solicitado várias vezes, nesta Assembleia que fosse posto uns pilaretes para que não se estacionasse em frente aos contentores do lixo e estacionam, e aquilo é de plástico, dá-se um toque e desaparece logo. É de lamentar que, o último executivo não tenha tomado atenção ao estado em que isto estava a encaminhar o turismo de Albufeira e, é lamentável ouvir muitos turistas a dizer que é a última vez que vêm a Albufeira, porque não se sentem seguros e acham que Albufeira está a caminhar para um caminho degradável. É lamentável também que, se tenha perdido a feira quinzenal e, agora este ano também a Feira Franca, não sei porque o anterior executivo não tomou atitude nenhuma em relação a isso. Gostava também de saber o que é que vai fazer em relação ao turismo, se vai apostar no turismo de qualidade, em vez do turismo deplorável que está a acontecer em albufeira atualmente.” -----

Daniel Frango: “Em primeiro lugar desejo ao novo executivo o maior sucesso, Albufeira precisa que todos trabalhem para o mesmo objetivo e com urgência. Recordo as palavras da Senhora Presidente, Doutora Luna Silva, no discurso da tomada de posse que falou de diálogo, abertura, transparência e respeito institucional, são excelentes princípios, mas a questão é simples, essas palavras vão traduzir-se na prática? Vamos finalmente ter respostas claras às perguntas que aqui colocamos, ou continuaremos a falar para o vazio? Falando em transparência, em muitas Assembleias Municipais do



país, é pratica comum disponibilizar online, com antecedência todos os documentos que serão discutidos nas Assembleias. Isso permite aos munícipes acompanhar os temas, preparar as intervenções e, participar de forma informada. Albufeira vai dotar essas boas práticas ou manter o velho hábito do secretismo? A revisão do regimento é a oportunidade certa para mudar, espero sinceramente que isso aconteça. Por fim, uma questão que continua sem resposta por parte do Executivo, a Câmara Municipal pretende ou não, reclassificar terrenos rústicos para urbanos, ao abrigo do decreto-lei cento e dezassete barra dois mil e vinte e quatro, a chamada lei dos solos. Essa pergunta aplica-se tanto a terrenos privados, como a terrenos do próprio município. Se queremos enfrentar a crise da habitação com seriedade e, não apenas com discursos esta deve ser a prioridade número um. Sem aumentar a oferta do solo urbanizável continuaremos a empurrar o problema da habitação com a barriga. Deixo essas questões de forma clara, objetiva e com espírito construtivo. Espero que esse novo ciclo político traga finalmente respostas, os munícipes merece transparência, previsibilidade e respeito.” -----

Marcos Bila: “Boa noite a todos, no início de uma nova legislatura eu, munícipe residente na Travessa Ferreira de Castro, no centro de Albufeira, aproveito a oportunidade de me manifestar sobre todo um processo iniciado há aproximadamente seis anos, no que diz respeito ao ruído, o qual tem criado problemas de saúde no que diz respeito ao sono da minha família e não só. Na verdade, todos os históricos das minhas intervenções estão documentados em atas das sessões públicas do executivo, assim como da Assembleia Municipal. Senão vejamos, o regulamento da Lei Nacional do Ruído foi sempre ignorado, limite cinquenta e cinco débeis, música ao vivo com colunas exteriores, com noventa e cem db’s, estabelecimentos a partir das vinte e quatro horas, segundo o regulamento, terão de fechar portas e janelas. Em dois mil e vinte e três, foi feita uma monitorização do ruído na minha casa, o qual mostrou toda a ilegalidade do ruído na zona onde habito. Similares com horários indefinidos a partir das duas horas da madrugada, lamentavelmente, os residentes que se indicaram para participar na alteração do regulamento em catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, nunca foram aceites, conforme edital a solicitar prestação dos mesmos. Aproveito e reitero o meu desagrado por este problema, em que não é só parecer, mas terá de ser, a postura do executivo anterior no sentido da resolução tácita, ignorando as leis e regulamentos em vigor e, o salvaguardar os direitos dos munícipes, em detrimento de empresários da noite bem salvaguardados pelos principais prevaricadores, os presidentes atual e anterior da Associação de Animação do Centro de Albufeira, não tivessem eles estabelecimentos não cumprir o legislado. E mais, o executivo anterior tinha um projeto de denominação do centro da cidade, como zona de animação, de excelência, ignorando os residentes do mesmo, para não ter de salvaguardar a lei do ruído. Eu, cidadão, continuarei a exigir os meus direitos constitucionais para uma Albufeira mais digna e com futuro e qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.” -----

Ana Sofia Marcelino: “A todos muito boa tarde, é para mim uma honra estar hoje nesta casa da democracia. Falo, porque vejo este momento como uma oportunidade para expor problemas reais do Município que tanto prezo. Participar é, para mim, um verdadeiro ato de cidadania: é identificar o que pode e, deve ser melhorado para o bem da comunidade. Os lugares que vossas excelências hoje ocupam poderão amanhã ser ocupados por outros, mas os munícipes permanecem com as mesmas



necessidades, as mesmas dificuldades e as mesmas expectativas, muitas delas persistentes há anos. Estamos em novembro, mas eu prefiro falar de abril. Abril trouxe igualdade, trouxe justiça social e trouxe direitos que hoje damos como garantidos. Por isso, é essencial falarmos de democracia, de liberdade e de dignidade humana. Defender os valores de abril é defender os princípios que nos permitem estar aqui hoje, a liberdade de participação, a liberdade de expressão e a garantia de que todas as vozes têm acesso a este lugar. Todas, exatamente, incluindo as mulheres. Celebrar abril pode não ser um tema consensual nesta Assembleia, mas acredito que ainda assim todos partilhamos um objetivo comum: o bem-estar e desenvolvimento desta cidade. Tive oportunidade de consultar o programa eleitoral do Chega de dois mil e vinte e cinco com o título “Salvar Portugal”. Cito a proposta setecentos e vinte e seis: “transmissão online das reuniões dos órgãos autárquicos”. Depois da tomada de posse, já ocorreram duas reuniões de câmara. Assim, pergunto: quando será cumprido este compromisso assumido perante os eleitores? Gostaria ainda de questionar outra proposta deste mesmo programa: Proposta número trinta e um “garantir de isenção de IMI para todos os jovens portugueses da habitação própria e permanente”. Qual é o calendário para a sua execução? E, por fim, o último tema que gostaria de abordar prende-se com o certificado de conformidade relativo à Norma Portuguesa EN ISO nove mil e um, atualmente válido até treze de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Nesse sentido, gostaria de questionar quando está prevista a realização da auditoria destinada a verificar se o município continua a cumprir os requisitos específicos desta norma. Aproveito ainda para recordar que a gestão de feiras e mercados integra o conjunto de atividades atualmente certificadas.” -----

Mónica Félix: “Boa noite, quero aproveitar este momento para desejar à nova Mesa da Assembleia e a todos os eleitos, um excelente trabalho ao longo dos próximos quatro anos, que seja um mandato de diálogo, transparência e acima de tudo, de fiscalização. Senhor Presidente, nos discursos que realizou até agora e, nas publicações que tem feito nas redes sociais, não encontrei uma única referência à educação. Pergunto, porquê? Considera que a educação no nosso concelho está a funcionar bem? Se considera, permita-me dizer-lhe que, não está. Nas nossas escolas falta muito para garantirmos aos nossos jovens condições mínimas para uma educação digna. Neste momento temos alunos a terem aulas em corredores, temos cantinas onde duas turmas são obrigadas a partilhar o mesmo espaço, separadas por um simples biombo. Faltam salas adequadas e condições dignas para os alunos da educação especial, faltam assistentes operacionais disponíveis com formação para trabalhar com os alunos, falta organização e, acima de tudo, falta articulação entre os agrupamentos escolares e os serviços da Câmara Municipal. Nos últimos quatro anos, estivemos à espera da requalificação da escola E.B dois, três Doutor Francisco Cabrita, a resposta que recebi repetidamente foi: está em projeto. Senhor Presidente, é urgente requalificar as escolas do concelho, nomeadamente a escola EB dois, três Doutor Francisco Cabrita, a ESA, e a EBSA. Peço por isso, que nos esclareça qual é a estratégia definida para a educação e para as escolas do concelho? Há investimento previsto? Permita-me colocar uma última questão, que considero ainda mais preocupante, Senhor Presidente, sabe quantos alunos com medidas adicionais e com graves problemáticas cognitivas e físicas existem no concelho de Albufeira? No nosso concelho não existe qualquer resposta para os jovens após os dezoito anos que dependem cem por cento dos pais. Para onde vão estes jovens? Onde ficam durante o dia,



como podem os pais trabalhar, se não existe um único espaço para apoiar estes jovens? Senhor Presidente, chegou a hora de fazer diferente, estas famílias vivem com dificuldades todos os dias e precisam de respostas, precisam de apoio, precisam de soluções e não de promessas. A educação não é uma despesa, é um investimento no presente e para o futuro de Albufeira.” -----

Presidente da Assembleia: “Não havendo mais intervenções do público e uma vez que me foram proferidas palavras, irei responder e, quero agradecer desde já os parabéns e os cumprimentos que foram dados à Mesa. Dizer ainda, ao senhor Ivo Laranjo, não obstante o seu pedido ter sido feito diretamente ao executivo, como Presidente da Mesa da Assembleia digo-lhe que acolho de bom agrado.” -----

Lúcia Pinho: “Boa noite a todos, estou em representação da Aldeia dos Canais. Os habitantes da Aldeia dos Canais, freguesia de Ferreiras vêm por este meio pedir a sua atenção para o seguinte, Senhor Presidente, após décadas de investimento significativo realizado em infraestruturas municipais, que melhoraram visivelmente a qualidade de vida dos habitantes e visitantes do concelho de Albufeira, alertamos-lhe para o facto de que a nossa aldeia, não dispõe ainda de uma rede de saneamento básico, apesar dos diversos apelos feitos no passado à sua equipa. Recentemente a Junta de Freguesia das Ferreiras, a qual contactamos sobre o mesmo assunto informou-nos de que, já existe trabalho preparatório, feito com vista à instalação da rede de saneamento. Informou-nos também de que, qualquer passo anterior no processo é competência da Câmara Municipal de Albufeira. Permita-nos realçar que, a falta desta infraestrutura tem consequências diárias, em primeiro lugar, os custos da instalação, legalização e manutenção dos equipamentos privados de saneamento recaem exclusivamente sobre os proprietários, os quais, não obstante pagam desde há anos uma taxa de saneamento incluída na fatura mensal da água. Em segundo lugar, a qualidade da gestão do saneamento é deixada em mãos dos habitantes. Isto representa um risco de saúde pública, agravado pelo que, parte dos habitantes não possuem meios económicos para garantir uma correta gestão das suas necessidades e equipamento de saneamento. Face ao exposto, e na esperança da sua boa compreensão, pedimos-lhe, Senhor Presidente da Câmara, que aborde este assunto com a maior das atenções e, que, intervenha com a maior celeridade possível. Atentamente agradecemos, os habitantes abaixo-assinados. Portanto, já foram recolhidas assinaturas dos habitantes de Albufeira, já entregámos na Câmara Municipal também no mês de outubro, não posso precisar o dia, mas foi em outubro. Já enviámos as assinaturas dos habitantes e a planta de localização detalhada e, a planta de localização geral. Portanto, estes documentos já estão aqui na Câmara desde o mês de outubro, agradecia face ao exposto, Senhor Presidente de Câmara que aborde este assunto com a maior celeridade possível e que intervenha com a maior celeridade na Aldeia dos Canais.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: “Sendo assim, terminaram as intervenções, terminar aquilo que estava a dizer ao senhor Ivo Laranjo, o seu pedido foi feito diretamente ao executivo, mas como Presidente da Assembleia Municipal, quero dar-lhe uma palavra e dizer que acolho, com a maior gratidão a implementação de uma Assembleia da Juventude em Albufeira. Quero ainda dizer ao senhor Daniel Frango que, a minha resposta é um sim, irei pôr na prática as palavras que disse no meu discurso e, cumprir as minhas funções como Presidente da Assembleia Municipal. Ainda, senhor Manuel Marciano, a Assembleia é a casa da democracia e o regimento não me impede de tirar a palavra aos



munícipes, e muito bem, mas devo fazer um apelo, que tenha especial atenção e cuidado nas palavras que profere nesta Assembleia, porque para além de ser uma casa de democracia é, acima de tudo, uma casa que tem de ser respeitada, porque está vestida de dignidade e de nobreza.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite, quero cumprimentar quem cá está e, quem nos assiste no canal de YouTube. Vou começar por saudar o companheiro Ivo Laranjo, e congratular por esta iniciativa apresentada para a criação da Assembleia Municipal da Juventude. É, sempre positivo ver propostas que promovem a participação cívica dos nossos jovens e que reforçam o envolvimento na vida pública do concelho. É importante esclarecer que, esta não é uma ideia nova em Albufeira, a Assembleia Municipal Jovem de Albufeira foi criada em vinte e um de novembro, de dois mil e dezoito, por deliberação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com o voto de qualidade do atual Presidente da Assembleia Municipal, naquela altura, o Dr. ° Paulo Freitas, ele próprio o autor e o signatário da proposta. Infelizmente, esta estrutura nunca chegou a iniciar os trabalhos e lamento que durante o último mandato do PSD, à frente da Câmara Municipal de Albufeira não tenha havido continuidade nem vontade política para lhe dar vida e funcionamento. Por isso, reafirmo, saúdo a iniciativa, é essencial reconhecer o trabalho que já tinha sido desenvolvido no passado, e o importante agora é que, esta nova oportunidade não seja desperdiçada e que avancemos para uma verdadeira participação jovem em Albufeira. Relativamente ao senhor Manuel Merceano, agradecer pelas suas palavras, quero agradecer a todos os que nos congratularam, as eleições já lá foram, agora estamos noutra tempo, tempo de governação e de trabalho. Relativamente à saúde, sabemos que em dois mil e vinte e um foram identificados fundos para o PRR, estamos a falar de três virgula um milhões, para a as USF’s (Unidades de Saúde Familiar) e, um virgula cinco milhões, para a requalificação do Centro de Saúde, as candidaturas foram submetidas, houve aqui vários atrasos, houve várias indefinições e, o projeto continua por concluir e a empreitada ainda não foi lançada. Há aqui uma coisa que tem de ser dita, as obras têm de estar totalmente executadas até trinta de junho de dois mil e vinte e seis. E na prática, temos de ser sérios, tenho de vos dizer isto olhos nos olhos, é impossível, nós concluirmos, ou seja, nós respeitarmos estes prazos, efetuarmos a obra, os prazos do PRR, ou seja, estes fundos vão ser perdidos. Isto significa, no bom português que, Albufeira corre o risco de perder este investimento que na perspetiva é milionária numa área bastante sensível, que é a área da saúde. Quero ser muito claro, não estou aqui para fazer ajustes de contas políticos, muito pelo contrário, mas há uma coisa que eu vou ser sempre com vocês, é ser sempre sincero, eu acho que, vocês têm de ter sempre toda a informação da mesma maneira que eu a tenho. Estive na semana passada no Ministério da Saúde, tentarei fazer algumas démarches mais, para ver se se pode protelar, mas já me foi dito que, é praticamente impossível que haja protelamento deste prazo. E, essa é que é a verdadeira questão, nós temos esta situação da saúde que claramente poderia ser resolvida, ou poderíamos dar aqui uma démarche para se poder resolver e, não vamos conseguir fazê-lo. Relativamente ao de turismo, é claro que, todos nós queremos turismo de mais qualidade, quem é, realmente o que os albufeirenses querem, um turismo com mais qualidade, agora a questão é esta, o pensamento é este, como é que vamos fazê-lo? Na minha perspetiva, falei isso na campanha, que acreditava que tudo passava muito por uma requalificação, da Rua da Oura, da baixa, para podemos ter mais condições, para deixar de haver aquele, não me levem a mal o que vou dizer, aquelas afluências indevidas dos pluviais, dos esgotos



fazem cheirar a esgoto na rua, de madrugada, mas isso requer-se milhões de euros, requer-se investimento. Já há um plano para a Rua da Oura, temos de reavaliá-lo, se se coaduna com a realidade e, se temos dinheiro para poder realmente efetuar, estamos a olhar isto com proximidade e, queremos claramente atuar. Relativamente à Feira Franca, não houve Feira Franca e não vai haver, já vos expliquei através das redes sociais, falta lançar o procedimento dos tais duzentos e sessenta mil euros para iluminação, falta ainda terminar as ligações de vários pontos de água ao longo do próprio terreno, neste momento se quiséssemos fazer, imaginemos que arranjávamos iluminação provisória, até podíamos fazer, mas era a feira quinzenal, o que está preparado não tem dimensão para a Feira Franca. Mas fiquem descansados que, no próximo ano haverá, com certeza, Feira Franca, isso é uma feira cultural, e não deixará de haver, nós faremos de tudo para cumprir com a nossa palavra. Relativamente ao senhor Lúcio Pescada, que vem falar de substituição de sinalização vertical, o assunto dos Tuk-tuks vou ser sincero, estou aqui há vinte e três dias, estou a deparar-me, estamos aqui numa luta hercúlea para tentar perceber como é que funciona todos os serviços da Câmara, não consegui chegar a todos os assuntos, sei que foi aprovado o regulamento, como aqui foi dito, investiguei o que é que estava mais ou menos aprovado. Que tem que haver aqui um ordenamento, há aqui um balizamento de horário, há aqui também uma contingência de licenças limitado, há zonas proibidas à circulação, o centro antigo, a zona da Marina, Cerro da Alagoa, a baixa de Albufeira, sei também que há aqui horários, acho muito sinceramente que nós vamos ter de fazer uma revisão deste regulamento. Eu acho que, para se fazer as coisas com seriedade, eu vou ter de investir tempo e, se necessário darmos um passo atrás para depois darmos dois passos à frente. Vou ter de analisar com a minha equipa, com os técnicos para ver se isto vai de encontro àquilo que nós perspetivamos para o concelho de Albufeira. Perguntou-me se tinha uma opinião formada, não tenho uma opinião formada sobre os Tuk-tuks, quero realmente que os Tuk-tuk's façam o seu trabalho, mas também quero que haja um respeito pela população, porque há muitas queixas de barulho, acho que tem de haver uma transição para a parte elétrica, isso não haja dúvidas, é uma coisa que eu defendo, agora temos de ver como é que nós conseguimos encontrar aqui um equilíbrio. Nós sabemos que, quando há este tipo de situação há uns que ficam mais prejudicados do que outros, mas tentaremos fazer as coisas da melhor maneira, equilibrando isto para todos. Relativamente ao Senhor Samuel Inverno, a Avenida dos Descobrimentos, dá para perceber pelo piso que está degradado, sei que é preciso colocar uma nova camada de desgaste, sei também que o ideal seria colocar polímeros de borracha, para que haja uma maior aderência, mas também o custo é outro, em vez de ser uma camada de sete centímetros, com os polímetros podemos reduzir para uma camada de três, mas terei de pedir orçamento, é a tal situação, neste momento, estou a olhar para a proposta do orçamento de Câmara para dois mil e vinte e seis, e posso vos dizer, tenho que vos confessar, que não está a ser fácil, também chegamos há poucos dias, mas estamos a tentar fazer o melhor, vamos tentar cabimentar aquilo que for mais premente e, claro que, a segurança rodoviária é importante. Falou na colocação dos pilaretes em frente dos caixotes de lixo, isso é algo que pode ser feito, mas nós sabemos que quando se colocam aqueles pines flexíveis é porque aqueles pines estão homologados, nós não podemos meter pines maciços, porque em caso de acidente ou em caso de alguma situação depois somos responsabilizados. Eu tenho de olhar exatamente para esse assunto, ou seja, tenho de ver qual é a localização. Neste momento não estou a



conseguir alcançar, tenho a ideia que interceta com aquela rua que é paralela à Avenida da Liberdade. Depois o senhor Daniel Frango, que falou na habitação, na reclassificação de solos rústicos para públicos. Se há algo que nós queremos, é resolver a crise da habitação e, para resolver a crise da habitação nós sabemos que os terrenos urbanos são muito poucos, são muito escassos e, nós queremos passar de rústicos para urbanos e, para isso é que estamos a fazer a revisão do Plano Diretor Municipal e tentaremos fazer com maior celeridade possível. Eu vou me reunir com quem está a preparar o Plano Diretor Municipal, mas eu vou ter de me sentar com ele e, vou ter de ver quais eram as diretrizes que foram dadas pelo anterior executivo, e tenho de ver se a minha visão se coaduna com essa visão que foi implementada. Sei que, poderemos ter aqui um retrocesso de alguns meses, mas eu quero é resolver a situação, ou seja, quero que haja mais terrenos urbanos para mais construção. Também quero dizer que, a Câmara Municipal também terá a obrigação e isso está no programa eleitoral, de construirmos habitação a custos acessíveis. Estive a fazer uma análise de quais os terrenos urbanos que a Câmara tinha, e neste momento dão para construir cerca de cem fogos. Ou seja, na Quinta dos Barros, vinte e sete fogos, nas Fontainhas sessenta e nove fogos e, são estes os noventa e sete fogos que vos falo. Eu não incluo aqui os vinte e sete fogos, da Rua Samora Barros, porque o terreno é um terreno dentro da malha urbana, é um terreno com vista mar, é um terreno que vale no mínimo dois milhões e meio, vou agora lá construir habitação social, num espaço de luxo, com vista mar? Eu acho que, nós temos de rentabilizar aquele terreno, para poder investir noutro lado. Desculpem lá, mas é isto que eu penso, neste momento esta é a minha visão. Eu não posso estar a construir habitação a custos controlados ou habitação social naquele centro urbano, eu acho que, tem de ser mais fora da periferia, estou a ser o mais sincero possível. E, desculpem o que vos vou dizer, que isto é polémico, isto é muito polémico o que vou dizer, eu nem sou deste tipo de conversa, mas tenho que vos dizer isto, não estou a incluir o Escarpão, Cotovio, porque lá também está um sitio urbano para vinte e sete ou trinta fogos, os serviços não souberem dizer bem como é que era, é ao lado de uma antiga lixeira, é junto à estação de transferência da Algar, não tem dignidade para as famílias, mas depois dizem-me assim, “Rui Cristina, isto é para as comunidades desfavorecidas, isto é, para os ciganos”, desculpem que vos diga, comigo não. Peço imensa desculpa, eu não vou gastar dinheiro com etnia cigana, enquanto tenho aqui os albufeirenses com necessidades de casa. Peço desculpa, é duro estar a dizer isto, podem me chamar xenófobo, podem me chamar o que vocês quiserem, primeiro estamos nós, que pagamos impostos e temos necessidades e, depois está estas comunidades, desculpem lá, isto é tão simples como eu estou aqui a dizer, preto no branco. E, é assim que vai ser enquanto eu cá estiver, nestes quatro anos, que eu não sei se estarei mais anos ou não, só depende de vocês que votam, de quatro em quatro anos há um evento democrático, mas nestes quatro anos será assim. Relativamente ao Marcos Bila, ruído é um tema quente, a lei é para se cumprir, mas nós também sabemos que aquela é uma zona de comércio, de bares, nós vamos ter de arranjar aqui um equilíbrio, para todos, eles vão ter de ceder e nós também vamos ter de ceder um bocadinho na parte da habitação, temos de chegar a um consenso. Temos de reavaliar o regulamento e a lei tem de ser cumprida. Eu quero fortalecer a Polícia Municipal, mas eu começo a olhar para os fundos financeiros do município e começo a coçar o cabelo e a pensar como é que vou fazer esta ginástica, mas vou ter de fazer, vou ter de arranjar uma solução para isto, nem que seja faseado no tempo, para mais à frente. Não lhe dou aqui uma resposta concreta, você com



certeza queria que lhe desse uma resposta, mas esta é a resposta mais séria que lhe posso dar neste momento, nós vamos fazer cumprir a lei, e vamos tentar fazer as coisas para que consiga dormir descansado à noite e, também os donos dos bares têm de perceber que há uma comunidade nesta cidade de Albufeira. A seguir, temos a Ana Sofia, falou do programa do Governo do Chega, isto aqui não é o Governo, isto é uma autarquia, isto aqui tem uma realidade local diferente, relativamente à parte das transmissões, das reuniões de câmara. O senhor vereador do Partido Socialista, Vítor Ferraz deu esse contributo logo na primeira reunião, dizendo que, se deveria transmitir online. Tenho estado a refletir sobre o assunto e com quase muita certeza que iremos fazê-lo, nos próximos meses, se queremos liberdade, se queremos equidade, se queremos igualdade, isto não é só falar, não chegar aqui começar a debitar e depois não concretizar, em princípio iremos tornar público as reuniões de Câmara. Relativamente à isenção do IMI para jovens, dê-me mais algum tempo para pensar como é que nós podemos criar aqui discriminação positiva para os jovens, visto que há aqui uma grande dificuldade a nível de habitação. Depois falou numa ISO, não lhe consigo dar resposta, infelizmente, não tenho esse conhecimento, mas comprometo-me consigo, em responder por escrito nas próximas duas, três semanas, no máximo. Relativamente à Senhora Lúcia Pinho, que não tem saneamento básico na Aldeia dos Canais, estamos no século XXI, é uma necessidade básica, tenho que analisar qual é que será o investimento para se poder levar águas residuais até essa aldeia, quero ver qual é o aglomerado, temos que pôr isso na balança financeira da Câmara e se podermos fazer fá-lo-emos, isso não haja dúvidas sobre isso, mas tem de ser analisado, está a ser criada uma lista de prioridades relativamente a abastecimento de água e rede residuais e, nós iremos ver o que é que poderemos fazer relativamente a isto, para que a população da Aldeia dos Canais tenha saneamento básico. Cara Mónica Félix, a educação é fundamental, é a base na qual se constrói o futuro das futuras gerações, das nossas crianças, dos nossos jovens e, neste momento, como já disse há pouco, estamos em plena fase de elaboração do Orçamento, e iremos reunir com os diretores de agrupamentos, para identificar e priorizar as necessidades mais urgentes, há objetivos claros como eliminar os monoblocos nas escolas, acabar com as listas de espera nos jardins de infância. Falou de algumas aulas nos corredores, isso é claramente de terceiro mundo, vamos ver como é que poderemos fazer, tem de haver investimentos, mas também vou ser sincero consigo, tive aqui a ver o investimento da ESA, Escola Secundária de Albufeira, e neste momento nós não temos qualquer projeto elaborado. Tive na CCDR, onde foi dito que podemos candidatar-nos a fundos disponíveis e, para isso temos de apresentar um projeto até junho de dois mil e vinte e seis, ou seja, vamos ter de fazer um outsourcing, para fazer esse projeto, para podemos ter acesso a fundos. Só que os fundos são cerca de seis virgula cinco milhões, mas o investimento que vamos ter nessa escola ronda os dezoito, dezanove milhões, ou seja, isto é um investimento financeiro, é a indicação que eu tenho dos serviços, ou seja, nós temos de nos chegar à frente, com os dezoito ou dezanove milhões e depois é que recebemos os tais seis milhões e meio, poderão chegar aos sete milhões cabimentados nos fundos. Temos de ver se vamos avançar ou não, porque isto é um grande rombo aqui no nosso orçamento para dois mil e vinte e seis e eu tenho de decidir isto nos próximos dias. Mas é algo premente que nós estamos aqui a avaliar relativamente a isso. No meu programa eleitoral não tinha nada sobre educação, mas nos debates falei sempre na educação, nos ATL's, a dizer que tinha de haver mais investimento, eu recorde-me de falar sobre isso



no debate televisivo, no Connect TV, recordo-me de ter falado sobre as creches, não fui exatamente aos investimentos nas escolas, mas as escolas é algo que tem de haver investimento, não haja dúvidas sobre isso, mal seria o Presidente de Câmara que descurasse a educação. Nós sabemos que, temos aqui várias bandeiras e, é isto que nós temos de perceber para onde queremos ir, a primeira bandeira é claramente a habitação, é a nossa maior necessidade, tenho um estudo socioeconómico sobre isso, é aquilo que a população mais quer, a segunda necessidade é claramente a saúde, a falta de acesso à saúde. A terceira é insegurança, ruído, a quarta é mobilidade e depois a quinta é a educação. Isto é um estudo socioeconómico que eu fiz antes da campanha eleitoral, um estudo fidedigno, uma mostragem com erro abaixo dos três por cento. Mas esta é a questão, eu não irei descurar a educação, agora temos é de planear como é que iremos fazê-lo e assumo aqui o compromisso para consigo, cara Mónica Félix que não será descurada a educação.” -----

Daniel Frango: “Senhor Presidente, a minha pergunta era muito simples, eu não estava a questionar o PDM, o que estava a questionar é a lei dos solos, foi implementada no final de dois mil e vinte e quatro, a própria Assembleia Municipal já aprovou acho que aquele terreno que referiu, do Cotovio e foi aprovado aqui por esta Assembleia a mudança. E, o que eu quero saber, do vosso executivo exatamente é se vocês pretendem utilizar esse instrumento. Muito fácil, muito simples, que vai permitir a muitos privados de poder construir setenta por cento para rendas convencionadas ou custos controlados e sem ter de mexer no PDM, sem ter de estar à espera um, dois anos, para uma regulação do PDM. É essa resposta que eu gostaria de ter, e já foi aprovado aqui em Assembleia Municipal, mas não tem de ser um terreno camarário, pode ser terrenos privados.” -----

Mónica Félix: “Senhor Presidente, agradeço a sua resposta, mas é com muita tristeza que vejo a prioridade em que colocou a educação. Eu acho que, tudo é importante e colocarmos prioridades, como professora fico muito triste, no entanto também lhe digo que existe um projeto já feito e concluído para a escola EB 2/3 Doutor Francisco Cabrita. Quero também dizer que, sinceramente e isto é um apelo para que o faça, que este executivo não repita o rumo seguido pelo anterior Presidente, onde durante quatro anos tantos albufeirenses e deputados municipais vieram a esta casa, a casa da Democracia colocar questões e saíram daqui sem qualquer esclarecimento. É fundamental que esta Assembleia mantenha a sua dignidade e, que, os albufeirenses e deputados tenham respostas claras e atempadas, por isso cá estarei nas próximas sessões, como cidadã, para ajudar e contribuir para uma Albufeira melhor.” -----

Presidente da Câmara: “Cara Mónica Félix, acho que você não entendeu bem as minhas palavras, mas eu vou-lhe explicar, as prioridades que eu elenquei e a forma como eu as ordenei foi baseado no estudo socioeconómico, foi o que a população de Albufeira disse, eu não lhe disse que essas seriam as minhas prioridades, o transmiti-lhe o que era factual. Desafio-a a fazer o estudo socioeconómico e, você vai perceber que infelizmente ou não, a educação não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira. Mas eu não estou a descurar a educação, e eu não falei na Escola Francisco Cabrita porque os serviços disseram que estava encaminhado e, que iria haver obra muito rapidamente. E, isso irá estar cabimentado no nosso orçamento de dois mil e vinte e seis. Relativamente às respostas que quer levar daqui, eu darei sempre as respostas com a informação que terei, mas há uma coisa que tem de entender, eu tenho de saber quais são os assuntos, eu não posso chegar aqui ou avisarem-me duas ou três horas



antes qual é o assunto, porque se querem realmente respostas fidedignas, convém e, isto já tem a ver com o Regimento, peço imensa desculpa, Senhora Presidente, mas acho que, tem de haver aqui alguma alteração, tem de haver aqui atempadamente o aviso de quais são os assuntos, para que eu me possa preparar, para que eu possa dar alguma resposta, se não serei redondo, e não lhe poderei dar resposta sobre as quais eu não lhe consigo ter informação para isso. Relativamente ao que foi perguntado pelo senhor Daniel Frango, vou-lhe dar uma resposta com a minha formação e pode estar errado, mas irei depois confirmar, esse terreno que passou de rústico para urbano, esse exemplo do Cotovio, foi baseado numa alteração que houve que é a lei dos solos, para beneficiar comunidades desfavorecidas, sabe quem são as comunidades desfavorecidas? Não somos nós, isto é sempre direcionado para a etnia cigana. É o que aconteceu em Beja, é o que aconteceu em outros municípios que eu tenho conhecimento. Infelizmente esta é a realidade, isto não pode ser aplicado a nós. Essa lei esta balizada de tal maneira, esta brecha, não nos dá abertura para os outros. Tenho quase certeza, mas irei verificar se estarei certo ou não. Isto foi uma discussão que tive há uns meses e foi com o Senhor Presidente da Câmara de Beja, na altura, relativamente a isto, ele aproveitou esta abertura na lei para as comunidades desfavorecidas. Mas vou-me informar sobre esta situação e depois podemos falar sobre isto.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes de passarmos para o período antes da ordem do dia, quero fazer alguns comunicados aos membros da Assembleia Municipal, vir dizer que nesta Assembleia Municipal, ainda temos o anterior sistema de imagem e de som, uma vez que é este sistema que permite que haja um alcance para todas as bancadas para efeitos de votação. O sistema usado anteriormente, há duas assembleias municipais tem uma imagem melhor, o que acontece é que temos sempre aqui uma problemática relativamente ao som. No entanto, na próxima Assembleia Municipal, iremos ter um novo sistema de imagem e som, e uma plataforma digital. Nesta plataforma vai constar a convocatória, os documentos, e ainda o meio de votação, que passará a ser eletrónico, através de um comando, deixará de ser com a mão no ar, e quando os senhores Membros da Assembleia Municipal estiverem a intervir nesta casa as televisões, tanto a do lado direito, como do lado esquerdo, terá a vossa fotografia, o nome da coligação ou do partido político, o tempo que irá contar e, será assim exibido para que os munícipes tenham conhecimento do vosso nome e, dos movimentos e partidos políticos, no qual vocês concorreram. Dizer ainda que, os cartões com as vossas identificações como membros da Assembleia Municipal já foram solicitados e já estão a ser emitidos. Dizer ainda que, pedi um orçamento para uma condecoração, uns crachás para os membros da Assembleia cessantes e os novos eleitos, e dizer ainda que, será marcado o primeiro jantar de Natal dos membros da Assembleia Municipal, para o dia dezanove de dezembro.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: “Só um aparte, como tivemos eleições e temos eleitos de coligações e outros partidos políticos, os tempos que constam neste regimento não podem ser efetivamente postos em prática nesta Assembleia, por isso enuncio os tempos para cada força. O Partido Chega terá



dezasseis minutos, a coligação Ser Albufeira terá catorze minutos, Albufeira é Tua terá doze minutos, Iniciativa Liberal cinco minutos, e os deputados independentes um minuto e trinta segundos.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, apresento os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia na pessoa da Senhora Presidente, ao Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, aos colegas deputados, munícipes presentes e aos que nos acompanham via Youtube. Hoje inicia-se um novo ciclo político, um novo mandato que se espera ser diferente do mandato que cessou, imbuído efetivamente de espírito democrático. Os atores são diferentes, por isso aguardamos na expectativa que o modus operandi também seja distinto, pelo que aguardamos resultados visíveis e a breve prazo. Na verdade, muito prometeram e agora já em pleno exercício de funções, esperamos que sejam capazes de realmente mudar Albufeira. Confesso que, estamos na expectativa do que realmente irá mudar. Contamos que as tão apregoadas mudanças se concretizem e com urgência, porque na verdade temos um concelho parado há tempo demais para as necessidades de bem viver e bem-estar. Senhor Presidente, esperamos e queremos uma autarquia a funcionar, um executivo a trabalhar e uma Assembleia a fiscalizar. Atento, desde já que, da bancada da Coligação Albufeira é Tua, o executivo pode esperar rigor, espírito crítico e, acima de tudo, muita responsabilidade. Cientes de que, será um mandato exigente, estaremos vigilantes e atuaremos de acordo com os nossos valores, bom senso e ponderação, mas, acima de tudo, do que estiver de acordo com os nossos valores e aquilo que, entendermos ser melhor para o concelho de Albufeira, de modo a honrar o compromisso e voto de confiança que nos foi dado no passado dia doze de outubro. Por último, não posso deixar de dizer que o Senhor Presidente não foi simpático na opinião pessoal expressada sobre a etnia cigana, de forma tão vincada e tão expressiva, uma vez que, também são seres humanos e por uma questão de igualdade, não podem nem devem ser excluídos de qualquer forma ou de qualquer direito se reunirem as condições para ter acesso à habitação.” -----

Maria José Leote: “Boa noite, mesmo correndo o risco de insistir num tema que já foi abordado aqui hoje, acho da maior importância em fazê-lo. São inegáveis os progressos da educação nestes últimos cinquenta anos, de acordo com a base de dados Pordata, em mil novecentos e setenta e quatro, apenas oito por cento das crianças frequentavam o ensino pré-escolar. Também apenas cinco por cento dos jovens entre os quinze e os dezassete anos frequentavam o ensino secundário. Estes dados contrastam com a atualidade em que noventa e quatro por cento das crianças portuguesas tem acesso ao pré-escolar e noventa por cento dos jovens frequentam o ensino secundário. O contraste é, de facto, abissal, estes dados podem se transpor para a localidade em que vivemos, para a região em que vivemos, eu própria sou um exemplo destes dados. De facto, eu não pude estudar em Albufeira, nem na escola secundária e muito menos na Universidade do Algarve. Não havia escola secundária em Albufeira e, eu faço parte de um grupo muito alargado que ia numa camioneta para Silves, porque não havia a escola secundária ainda. Por outro lado, também não pude estudar na região, porque a oferta na Universidade do Algarve era muito recente e tinha apenas três ou quatro cursos. Com isto constata-se que a oferta de escolas na região e particularmente em Albufeira, o número de inscritos, o número de escolas teve um aumento exponencial nos anos da noventa, particularmente, são factos. No entanto, apesar destes enormes progressos, como já foi dito aqui hoje, há no presente inúmeras carências nas escolas, de cariz estrutural, material e também humano. Ensinar hoje o universo das crianças e jovens



que residem no concelho, representa um enorme desafio que nos deve preocupar e envolver a todos, enquanto autarcas e enquanto munícipes. Quando tudo parece parar nesta cidade, no inverno, quando há pouco turismo, quando os estabelecimentos estão fechado e muitos pais estão em casa sem trabalho, as escolas são lugares de muita vida, para cerca de oito mil alunos e os meus dados estão quase corretos, oito mil alunos, sublinho. São largas as centenas de professores, assistentes operacionais, administrativos, psicólogos e outros técnicos que fazem muita falta. No inverno, a cidade não está morta, está muito viva, embora não parece, porque, se calhar a maior parte dos munícipes não sabem que as escolas, ou que nas escolas há muitas crianças e jovens a crescer, a aprender e há muitas vindas dedicadas à causa do ensino e também ao mesmo tempo, muitas dificuldades que exigem a atenção dos órgãos autárquicos e particularmente, da Câmara Municipal. Foi com estranheza e isto quase que parece combinando, foi com estranheza Senhor Presidente, que constatei, através dos panfletos, do site, das redes sociais, das entrevistas, do discurso da tomada de posse, que não houve qualquer referência a propostas relativas à educação e especificamente à educação em Albufeira. Sabemos que, a habitação e hoje aqui já tive oportunidade de sublinhar, sabemos que a habitação, a saúde, a segurança são as suas prioridades, mas também sabemos que são as prioridades nacionais, pois são problemas transversais, digo eu, a habitação, a saúde, a segurança são problemas transversais a todo o país. Contudo, a educação é uma área fulcral e, é muito específica, as dificuldades deste concelho são muito diferentes das dificuldades de Serpa ou de Ponte de Lima, A realidade das escolas em Albufeira é a realidade das escolas em Albufeira, não há outra igual. Desesperada por não encontrar qualquer resposta relativamente aos planos estratégicos desta Câmara Municipal, relativamente à educação, bastante pesquisa na internet, para além da pesquisa nos vossos folhetos, e depois o que me surgiu foi uma resposta da inteligência artificial, que invade os nossos telemóveis, e a resposta foi, não foram encontrados detalhes específicos sobre a educação nas pesquisas realizadas, é possível que as propostas para a educação não sejam foco principal da comunicação pública online do Chega. Para obter informações mais detalhadas sobre o programa do Chega para a educação é aconselhável contactar diretamente os representantes locais. Ora, é exatamente isto que eu estou aqui a fazer hoje, perguntar-lhe Senhor Presidente da Câmara que planos estratégicos é que tem para a educação em Albufeira? Ao mesmo tempo e, porque já referiu diversas vezes, tem vindo a fazer uma radiografia do concelho e gostaria de saber se já fez alguma radiografia às escolas e aos seus problemas? Porque na realidade o tempo urge, as escolas estão literalmente à espera de respostas e, sublinho a palavra “literalmente à espera de respostas” e é tempo de passar à ação.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: “Boa noite a todos, é com sentido de responsabilidade e profundo compromisso com a população da minha terra que intervenho pela primeira vez nesta Assembleia Municipal enquanto Presidente da Junta de Paderne. A minha intervenção hoje é uma breve reflexão sobre a freguesia de Paderne, acredito que esta é uma opinião generalizada de todos os padernenses, Paderne é a freguesia do concelho mais esquecida, senão vejamos, na mobilidade e nos transportes é a única freguesia onde o Giro não vai. Tem uma ponte, a ponte dos Barreiros encerrada há muito tempo pelo seu estado de degradação, condicionando assim a mobilidade e circulação de quem lá vive e trabalha. É urgente saber se é transitável ou não. Na habitação existem várias casas e terrenos que são propriedade da Câmara Municipal, dentro da freguesia, que estão completamente ao



abandono e que requalificadas seriam uma mais-valia na habitação. No desporto, é a única freguesia com um campo de futebol sintético que não tem acesso em condições, não tem bancadas e não tem casas de banho. Na educação, a nossa escola atualmente não tem espaço e condições necessárias, necessita de alargamento dos espaços comuns, bem como o aumento das salas de aula na pré-primária e no primeiro ciclo. No saneamento básico é essencial a ampliação da rede de esgotos por toda a freguesia. Entre outras, estas são algumas das nossas preocupações em Paderne. Terminando reafirmando a minha total disponibilidade de cooperação no sentido de melhorar e valorizar a nossa freguesia e o nosso concelho.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, em primeiro lugar, desejar um bom mandato a todos os eleitos e espero que seja um bom mandato, porque o futuro de Albufeira está nas nossas mãos, quando digo nossas, digo de todos os eleitos nas últimas eleições, Estou aqui como Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e quero antes de nomear aqui alguns projetos que já foram tratados, e estão em fase de andamento pelo anterior executivo. Quero também agradecer a disponibilidade do antigo Presidente da Câmara, o apoio que deu durante os últimos anos à nossa Junta de Freguesia. Excelentíssimo Senhor Presidente, em relação à nossa freguesia, temos alguns projetos que já estão em andamento, eu sei que não tem sido fácil, muito trabalho, muitas horas dedicadas a esta Câmara e dizer que eu estou totalmente disponível para reunir consigo e convidá-lo também a ir à nossa freguesia da Guia para falarmos sobre estes projetos que eu vou aqui mencionar. São eles, a nossa nova sede da Junta de Freguesia da Guia, com um parque de estacionamento e uma sala polivalente, que estava a ser projetada num terreno que foi adquirido pela Câmara Municipal para esse fim. O projeto de habitação também já foi aqui falado várias vezes, que é um problema de todas as freguesias, um problema do nosso município e a Câmara Municipal também adquiriu terrenos com esse fim. A ampliação da rede de esgotos, nomeadamente projetos que já estão em andamento, na Quinta dos Barrancos, na estrada dos Barrancos, um caminho perpendicular ao caminho da Barreira e na zona da Ataboeira, todos eles, como já disse, projetos que já estão em fase de andamento. Em relação ao Polidesportivo da Guia também a segunda fase de requalificação do polidesportivo, uma obra do Orçamento Participativo. Em relação ao Orçamento Participativo, também temos um projeto que já foi feito, mas a obra ainda está por ser feita, é a requalificação da Fonte da Guia, é um espaço que está próximo do Jardim dos Sentidos, que a ideia era requalificar toda aquela zona envolvente e fazer uma ligação ao Jardim dos Sentidos. Na parte desportiva duas obras que também já foram pedidas e na altura estava em fase o andamento, é a cobertura das bancadas do Estádio Arsénio Catuna, do campo relvado e, a nível do campo sintético, a construção dos novos balneários. Temos a construção da capela no cemitério municipal da Guia, requalificação do telhado da Igreja Matriz que tenho andado com o senhor Padre e o executivo a tratar desse assunto, a rotunda junto ao Mercado Municipal. A escola da Guia começou com duzentos alunos, atualmente temos quinhentos e tal alunos. A ampliação do jardim de infância de Vale Rabelho, o ar condicionado da escola da Guia, também já foi pedido, é uma escola que no inverno é fria e, no verão é quente. É uma obra que não é nossa Senhor Presidente, mas peço a sua ajuda para junto das Estradas de Portugal, que é o passadiço para o Shopping da Guia, a ligação pedonal da rotunda da N125 em direção ao shopping, uma zona complicada, uma zona negra que já existiram vários acidentes lá, as informações que eu tenho é que,



vai ser feito uma nova rotunda, pelo promotor da nova zona comercial e, depois daí, eles vão avançar com o passadiço, mas peço também a sua ajuda, a sua colaboração.” Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Nelson Cachita: “Boa noite a todos, permita-me usar este período antes da ordem do dia, para abordar um tema que nos últimos dias tem gerado preocupação e, sobretudo, muita especulação entre os albufeirenses. É do conhecimento público que foi aprovada uma auditoria às contas e, à situação financeira do município. Este é um passo legítimo, compreensível e, na perspetiva da Iniciativa Liberal até desejável, sempre que haja uma mudança de executivo. A transparência é essencial, mas é precisamente por isso que importa clarificar o que se passa neste momento, acrescento que embora desejemos esta auditoria e reconheçamos a sua importância, também esperamos que se conclua com a maior brevidade possível, para que assim deixem de existir referências constantes ao anterior executivo e, para que, o atual possa finalmente iniciar plenamente a sua governação. Nas redes sociais tem circulado informações que não sabendo nós se são verdadeiras ou se resultam de boatos infundados, tem contribuído para aumentar a incerteza, fala-se de cancelamento de eventos, de condicionamento de atividades municipais e, até de limitações na capacidade de lançar novas iniciativas enquanto a auditoria decorre. Tudo isto merece esclarecimento, não apenas para repor a verdade, mas para que os habitantes possam confiar na estabilidade do seu município. A esta onda de rumores, somou-se recentemente outro particularmente delicado, a ideia de que alguns funcionários da Câmara, poderão estar a boicotar o novo executivo. Senhor Presidente, compreenderá certamente a gravidade de tal insinuação. Se é infundada, exige uma defesa clara da honra e do profissionalismo dos trabalhadores municipais. Se existe algum fundamento exige a mesma clareza para que a confiança dos cidadãos e, o normal funcionamento dos serviços estejam salvaguardados. Esta transparência é acima de tudo essencial para o bom nome do município. Acresce que, numa entrevista recente, o Senhor Presidente referiu publicamente o cancelamento da Feira Franca, o encerramento do parque de estacionamento dos Olhos de Água, e das escadas rolantes por falta de vigilantes, bem como atrasos no programa “Albufeira Capital do Desporto” e, afirmou ainda que, existam mais assuntos além destes, é natural que a população e, esta Assembleia procure compreender que outros temas são esses e de que forma estão a ser ultrapassados, uma vez que todos eles têm um impacto direto na vida dos albufeirenses. É neste sentido e, em nome da iniciativa Liberal, que formulo apenas uma questão simples e objetiva, mas decisiva para a confiança no futuro imediato do concelho, que outros assuntos, além dos já referidos publicamente, estão atualmente a condicionar a ação municipal? E, de que forma estão a ser resolvidos? Quero também sublinhar, Senhor Presidente, que nesta sala se encontram os vereadores que hoje exercem funções na oposição e, que até há poucas semanas integravam o executivo municipal, se for útil à clarificação pública certamente poderão também contribuir com a sua perspetiva sobre estes processos.” -----

Raul Ferreira: “Quero começar por saudar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, colegas deputados, público em geral e também os seus vereadores aqui presentes. Inicio a minha intervenção por apresentar os sentidos pêsames à família enlutada da pessoa que faleceu no passado dia dezasseis, em virtude do que aconteceu por condicionantes meteorológicos e, também apresentar aqui publicamente o meu agradecimento e reconhecer todos aqueles que participaram no socorro imediato das pessoas que sofreram pela intempérie do passado



dia dezasseis, sejam eles bombeiros, GNR, enfim, todos os que tiveram uma voz ativa e, que foram céleres no socorro das pessoas que tiveram prejuízos e também ferimentos. Posto isto, quero começar por saudar os meus colegas deputados, desejando que estes novos quatro anos que vamos aqui passar nesta casa, sejam profícuos, seja debates que sejam acessos, mas sempre com urbanidade, educação e com o espírito que é essencial de favorecer e levar a bom termos todas as medidas necessárias para o desenvolvimento da nossa cidade. Quero também dizer que, a Coligação Ser Albufeira não vai ser uma força de bloqueio às iniciativas do executivo, contudo podem esperar da nossa parte uma fiscalização efetiva, grande, coerente com os nossos ideais e, sempre em prol do benefício dos albufeirenses. Como disse, não seremos força de bloqueio, seremos uma força que iremos apresentar as nossas visões e as nossas soluções para os problemas que efetivamente existem na nossa cidade e, que carecem de ser resolvidos, portanto, desejo ao Senhor Presidente, na sua pessoa e a todo o executivo um bom mandato e, que as medidas que tomem sejam sempre com a visão de beneficiar os albufeirenses. Contudo, Senhor Presidente, nem tudo são rosas, existem problemas e o primeiro problema que efetivamente me chocou na sua intervenção, foi a forma como se referiu a pessoas de uma determinada etnia. Sou humanista por convicção e, para mim existem pessoas, não existem amarelos não existem vermelhos, não existem pretos, não existem ciganos, existem pessoas e dentro do grupo das pessoas existem os que cumprem as regras e, os que não cumprem regras. Não podemos generalizar sob pena de estarmos a cometer de alguma forma injustiças e, eu sou jurista por profissão e digo-lhe que, não compactuo com injustiças. Aqui estamos na casa de democracia, existem regras democráticas, nomeadamente da Constituição da República que devem ser cumpridas escrupulosamente Senhor Presidente, portanto, penso que isso tenha sido só apenas um incidente, talvez de excesso, de vibração emotiva e de futuro considero que esse problema seja ultrapassado. Gostava também de aproveitar, o Senhor Presidente disse que, não tinha a certeza, eu tenho a certeza relativamente à questão que o Senhor Daniel Frango colocou aqui, efetivamente a lei permite a transformação de solos rústicos em solos urbanos, sem haver necessidade de mexer no PDM, portanto, um processo mais simples, aliás, esse processo já foi utilizado aqui, como referiu, no Cotovio e nada tem a ver com as questões de etnias, porque a nossa própria Constituição, no artigo décimo terceiro, prevê o princípio de igualdade, logo se essa lei viesse favorecer alguma etnia estava a violar um princípio constitucional, portanto, espero que o Senhor tenha em atenção esse mecanismo, efetivamente é um mecanismo eficaz e mais célere para a resolução dos problemas. Partilho também aqui, a preocupação da senhora Mónica Félix, no que diz respeito à educação, mas eu tenho uma outra preocupação que o Senhor Presidente, não referiu aqui. O povo diz, nem só de pão vive o homem e a cultura é muito importante, portanto, gostaria que também tivesse uma visão aberta para a questão cultural, que investisse na cultura, que nós todos que vivemos cá o ano, trezentos e sessenta e cinco dias, precisamos de cultura, precisamos de alimentar o nosso ego e a nossa personalidade e a cultura também é um fator de formação dos nossos jovens.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite, antes de mais agradecer ao nosso colega Cachita o tempo, muito obrigado, cumprimentar todos os presentes e, quem nos acompanha lá em casa e um cumprimento especial nesta primeira sessão da nossa Assembleia, em primeiro lugar a todos os membros da Assembleia desejar que os trabalhos decorram de uma forma de diálogo, de conformação de ideias,



com respeito, com espírito democrático e à nossa Presidente que saiba conduzir os trabalhos do ponto de vista da equidade, imparcialidade e que todos nós tenhamos aqui um confronto de ideias, mas com urbanidade, com respeito e espírito democrático. Ao Senhor Presidente da Câmara, que governe o concelho em prol de todos os munícipes, com procedimentos transparentes e uma política de diálogo. Trazia aqui três questões e, pegava um pouco na deixa do nosso colega Raul Ferreira, em relação à cultura, dois projetos que vêm do anterior executivo, mas que já foram muito falados, eu diria que, são quase projetos do concelho e, não do anterior executivo. Um, tem a ver com o Museu do Barrocal de Paderne, que durante mais de vinte anos o executivo do PSD prometeu, houve projeto, depois parece que não houve, parece que está em tribunal e não há projeto, nem sequer obra. A pergunta é, se o Senhor Presidente está na disposição, se já refletiu sobre esse projeto que seria uma forma de alavancar a freguesia de Paderne, diria todo o concelho. Outro, tem a ver com a requalificação do espaço da antiga Igreja Matriz, designadamente o quintal da Câmara, teve projeto, teve um milhão de euros de fundos europeus, e nos dois últimos orçamentos não apareceu, por vontade própria do executivo. Para terminar, Senhor Presidente, já pensou sobre a questão das casas modulares, isto é dos mais importantes problemas que o concelho tem, do ponto de vista ambiental e principalmente do ponto de vista da defesa dos aquíferos, especialmente na zona de Paderne. De hoje para amanhã, quando precisamos daquela água estará contaminada porque cada casa é uma fossa rota.” -----

Helena Simões: “Antes de mais, o deputado Dário dispensou, para além do tempo da bancada que integro, dispensou um minuto e meio do mesmo. Começo por cumprimentar a todos na pessoa da Presidente da Assembleia Municipal, não poderia deixar de a parabenizar por ser a primeira mulher Presidente da Assembleia Municipal, não obstante, a meritocracia não vem com o género, mas como sua par não poderia deixar de a parabenizar, principalmente tendo estado nesta casa quatro anos contra ventos, contra marés, sozinha, muitas das vezes criticada, como tal, acho que é mais do que merecido parabeniza-la. Depois, gostaria de dizer que, é com sentido de responsabilidade, humildade e coragem que inicio hoje este mandato como deputada municipal. Assumo este lugar com a plena consciência de que, servir o município não é um privilégio, é uma obrigação ética, aqui não represento interesses pessoais, nem agendas ocultas, represento as pessoas da Albufeira, de Ferreiras, de Paderne, da Guia e dos Olhos de Água. Represento quem trabalha, quem investe, quem cria família nesta terra, e quem todos os dias enfrenta desafios que a política tem de saber resolver. E, não faço discriminação étnica, são estas características, quem trabalha, quem reside, quem cria riqueza. Vivemos tempos políticos intensos, onde muitas das vezes se valoriza mais quem faz barulho, do que quem faz trabalho. Pois bem, deixo desde já claro que, valorize quem faz, e não quem encena que faz, não estou aqui para o show político nem para teatro de redes sociais, estou aqui para decisões sérias, fundamentadas e transparentes, que melhorem efetivamente a vida das pessoas. Quem me conhece sabe que, nunca alinhei em guerras internas nem em protagonismos artificiais. Sempre estarei como sempre estive, ao lado das soluções, mesmo quando isso significa votar contra o meu próprio partido, ou a favor de propostas de outros, se a consciência e o interesse municipal assim o exigirem. Porque a política local não pode ser palco de vaidades, tem de ser ferramenta de desenvolvimento, de transparência e de equidade e, por isso, hoje aqui reafirmo exigirei responsabilidade financeira, não acederei a cheques em branco, a pedidos sem fundamentação, cada euro público deve ser escrutinado, as decisões terão



de ser claras, justificadas e responsáveis. Defendendo a coesão territorial, Albufeira não são só praias, são freguesias com identidade própria, com necessidades reais e população residente, que exige respostas concretas, na mobilidade, na habitação, saneamento, segurança e qualidade de vida. Transparência total e combate ao abuso administrativo, urbanístico e ou financeiro, onde houver omissões, decisões duvidosas, ou processos por esclarecer lá estarei, com documentos, com a lei e com coragem. Trabalho em vez de espetáculo, a política faz-se no terreno, com rigor e com verdade, não com câmaras, vídeos, e encenações. Quem trabalha mostra resultados, quem faz show procura likes. Eu estarei sempre do lado de quem faz, estarei ao lado das pessoas, dos residentes, dos pequenos proprietários, dos condóminos, dos empresários, dos jovens que procuram oportunidades e dos idosos tantas vezes esquecidos. A minha presença nesta Assembleia será de trabalho e não de palco, entramos hoje num novo ciclo que exige menos ruído e mais competência, menos propaganda e mais planeamento, menos divisões e mais compromisso. E, deixo uma mensagem clara aos restantes deputados, podem contar comigo para construir, sempre, mas também podem contar comigo para confrontar quando a verdade ou a transparência assim o impuserem. O interesse de Albufeira está e estará sempre acima dos outros. Este mandato começa hoje, mas o futuro decide-se todos os dias, é com determinação, com verdade e com sentido de missão que estarei fiel aos valores que me trouxe até este lugar. Depois e, no que concerne a algumas intervenções, concretamente do público em geral e, as respetivas respostas quer do executivo quer da Mesa da Assembleia, cumpre-me dizer que, a Assembleia Municipal da Juventude foi aprovada no mandato que eu também fazia parte, contra muita resistência e alguma oposição, e recorde, tudo bem, o Senhor Paulo Freitas era Presidente da Assembleia Municipal, mas o Senhor Paulo Freitas, à data representava o PSD de Albufeira, como tal importa não esquecer que o PSD esteve nesse projeto e nessa mudança. Depois, foram entregues à Mesa umas fotografias relativamente a uma sinalética vertical, gostaria que essa documentação fosse remetida, pelo menos para mim, enquanto deputada municipal. Depois, o senhor Daniel Frango questionou, à semelhança que eu desconhecia, se esta Assembleia Municipal iria disponibilizar a documentação a par com a ordem de trabalhos aos munícipes, a excelentíssima Presidente respondeu que sim, que pugnava pelo mesmo discurso, transparência, mas não respondeu em concreto se vai ser facultado aos munícipes, antes das Assembleias Municipais o expediente que acompanha a ordem de trabalhos, porque os munícipes, neste momento, só veem a convocatória, os pontos, não veem a documentação. Acho que sim, acho que era um sinónimo de transparência e possibilitava a todos ter conhecimento de causa. Pugno também da posição da Senhora Ana Sofia, que já não a vejo aqui, mas o Senhor Presidente da Câmara já respondeu que está bastante tentado a transmitir via Youtube as sessões de Câmara. Há uma coisa que eu lamento, eu fui à casa de banho e voltei e quando entrei ouvi o Senhor Presidente da Câmara a dizer, um terreno frente mar e a Câmara vai rentabilizar, ou eu apanhei mal, ou então de repente a Câmara está no setor imobiliário. Pronto, por isso é que eu estou a dizer, fui à casa de banho, voltei e quando voltei ouvi: “um terreno em frente ao mar é melhor rentabilizar do que contruir a custo controlado.” Ruído, para mim a resposta foi um “NIM” porque dizer que se vai fazer cumprir a lei, quando não se sabe se vai redução do horário de funcionamento ou não, quando não sabe se vai passar a proibir o fechar das portas, foi um “NIM”. Senhor Lúcio Pescada, eu recorde que, em relação à questão dos Tuk-tuk’s e TVDE’s na Assembleia de vinte e nove



de setembro, eu pedi a remoção do ponto. Houve uma insistência para o ponto de ido a votação e, eu votei contra, como tal acho que sim, acho que era importante rever a situação. Quanto à questão dos pontos, Senhor Presidente da Câmara, o pré aviso que lhe tem de ser dado para os pontos serem discutidos aqui, estranho e pasme-se, o Chega não chegou aqui agora, vai agora para o quinto ano que cá está, alguma vez fez isso ao Presidente, ou pura e simplesmente trazia as declarações de voto, as dúvidas e as questões e colocava-as, eu sei que é um barco grande, eu sei que se calhar não tinha noção da dimensão da Câmara, mas. Em relação à questão do jantar, enalteço, também já não é uma novidade, já vem também do tempo do Dr. Paulo Freitas, agradeço imenso o convite, infelizmente, não poderei estar cá porque vou passar o Natal com a família fora.” -----

Presidente da Assembleia: “Quero dizer à senhora deputada que agradeço as suas palavras, relativamente a fornecer documentos aos munícipes, como sabe, nada consta no Regimento relativamente a essa questão, no entanto, como hoje temos ponto da ordem de trabalho apreciação e aprovação do Regimento que, com certeza, será proposta constituição de um grupo de trabalho, vou deixar à consideração dos membros da Assembleia Municipal, no entanto ficam desde já a saber que na minha pessoa não existe qualquer tipo de oposição.” -----

Presidente da Câmara: “Dra. Carla Vieira, para dizer que, pode contar sempre com o meu espírito democrático, com total transparência e com a minha colaboração leal a este órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal, e assumo também o meu compromisso de defender aqui as políticas públicas que foram baseadas e foram explanadas no meu programa eleitoral, porque o meu foco é um, é o bem-estar dos albufeirenses. Senhora membro da Assembleia Municipal, Maria Leote, estou cá há vinte e três dias, já tenho ideia de quais são as escolas que precisam de ser intervencionadas, requalificadas, sei também que tem que haver investimento, tem que haver decisões políticas, tem que se ver quais são, o que é que é mais acertado, para se encaixar na minha estratégia e terei que reunir com os diretores de departamento, isso é claramente o próximo passo para que eu possa chegar ao final desta análise de carências a nível do ensino. Relativamente aos dois senhores Presidentes que ouvi, quero vos dizer que, não haverá cores políticas, Não haverá Presidentes de Junta de primeira, nem de segunda, são todos iguais, as eleições já foram e, serão todos tratados da mesma maneira, sei que Paderne tem sido um dos parentes pobres deste concelho, tentarei dentro das minhas possibilidades colaborar com a Senhora Presidente, para atingir ou para dar as melhores condições aos padernenses e também, ao senhor Presidente da Guia, Dinis Nascimento que teremos que sentar, terei que ir visitar a freguesia, terei todo o gosto, iremos combinar isso mais uma semana, tem de me dar mais um espaço temporal, onde poderá mostrar a sua visão, quais as necessidades e qual o apoio que precisará da parte da Câmara Municipal. Relativamente ao senhor membro da Assembleia Municipal, Nelson Cachita, vai haver uma auditoria financeira, disse-o várias vezes e, também o disse o senhor membro, que é apenas para analisarmos o estado em que se encontra o município, não viemos contra ninguém. Relativamente às mal discências que se diz nas redes sociais, não podemos levar a serio o que se diz nas redes sociais, na maior parte dos casos, porque há muitas mal maledicências, para ter um exemplo, eu fui atacado pessoalmente por pessoas que se encontram nesta sala e eu acabei por terceirizar, porque não há necessidade de levarmos a peito, as pessoas hoje em dia vão às redes sociais e criticam por criticar, muitas vezes sem haver fundamento e, o que interessa é que, se chegue a casa e que estejamos



de consciência tranquila e que possamos dormir descansados. E, quando a gente chega de consciência tranquila a casa e, dormimos descansados quer dizer que estamos a fazer o nosso melhor. Relativamente à questão do estacionamento de Olhos de Água e as escadas rolantes, sim, estão fechadas porque o anterior executivo não acautelou o concurso e, por uma questão de urgência foi feito um novo ajuste direto, para garantir que os serviços em dois mil e vinte e cinco, mas não foi possível manter todos os postos de vigilância pelo valor que o Presidente podia autorizar. À data os contratos estão assinados, os serviços estão a ser tomados pelas empresas de segurança, hoje será deliberada a delegação de competências, o encargo plurianual que vai permitir ao Presidente da autarquia autorizar o concurso para vigilância e contratar os serviços para o próximo ano de dois mil e vinte e seis. Ao senhor membro Raul Ferreira, agradeço as palavras, pode contar também com o meu espírito democrático, como já aqui o disse, irei ter atenção à cultura, isso não é o meu forte, mas tenho pessoas no meu executivo que têm mais predileção para a cultura, não será descurada. Relativamente ao membro da Assembleia Domingos Coelho, o Museu do Barrocal Algarvio, nós queremos concretizar, temos de ver é se será ou não com aquele projeto, sei que é um projeto Siza Vieira de renome, mas temos de arranjar aqui uma solução intermédia para que se possa beneficiar os padernenses. Depois reunirei com a senhora Presidente da Junta, para vermos como é que iremos chegar a bom porto relativamente a essa situação. A requalificação da igreja matriz, não lhe dou uma resposta porque não tenho para lhe dar, mas ainda bem que me alerta, vou olhar para a situação. Relativamente às casas modulares, pensava que estava a dizer que era uma metodologia de construção, que deveria ser adotada nesta política de habitação que vamos implementar no concelho, porque como sabe, teremos de correr contra o tempo, teremos que ir pela construção tradicional, mas hoje em dia já se faz em muitas partes do país construção modular, em que em meses se edificam edifícios e isso poderá ser uma solução, casas feitas ligth steel, aço leve, que são muito mais fáceis de concretizar. Sim, teremos uma atenção às casas ilegais, que era o que me estava a querer dizer, relativamente a isso teremos que inspecionar, ou seja, tem que se fazer cumprir a lei, tem que haver fiscalização e isso é algo que nós iremos fazer, ou seja, assumo aqui o compromisso que iremos fazer de tudo para se fiscalizar esse tipo de situações, porque o grande problema como aqui foi dito, é que essas casas pré-fabricadas não têm saneamento, acabam por fazer poços rotos e contaminam claramente os solos, neste caso os aquíferos. Relativamente à senhora deputada membro da Assembleia Municipal Helena palhota, agradeço as suas palavras, se há algo que eu defendo são as pessoas, estou de consciência tranquila, estou cá há vinte e três dias, vocês tiveram cá vinte e quatro anos, deixaram chegar o concelho a este estado, e, eu agora ainda tenho que ouvir este tipo de lições de moral, mas está tudo bem, eu sou uma pessoa flexível, estou aqui pelo bem dos albufeirenses, estou descontraído, porque estou de consciência tranquila, porque eu, tenho entrado na Câmara de madrugada e saio à noite. Há uma coisa que lhe posso garantir, que vou encarar isto como uma missão, não venho para aqui fazer espetáculos, ou querer fazer espetáculos para as redes sociais, eu quando tenho algo a dizer digo olhos nos olhos, e sim, quando eu quiser comunicar com os albufeirenses, com quem me elegeu, eu posso escolher qual é o meio de comunicação, sim, e eu gosto de utilizar as redes sociais, gosto de ser frontal, gosto de dizer as coisas olhos nos olhos, porque é assim que deve ser a comunicação, clara, concisa, direta e eu não vou mudar esse tipo de comunicação.” -----

Presidente da Assembleia: “Há pouco não respondi à sua questão, senhora deputada Helena Palhota Simões, os documentos entregues pelo munícipe Lúcio Pescada serão enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência a Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 03-11-2025; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não esteve presente na referida sessão o membro Alberto Saraiva, pelo que não votou. -----

PONTO DOIS

Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Eu penso que, neste ponto terá de ser constituído um grupo de trabalho para efeitos de alteração ao regimento, nos termos do artigo décimo número um, alínea a) e a necessidade também de alteração nos termos do artigo vinte e três do regimento que está em vigor. Não sei se a senhora Presidente me dá logo a palavra e poderei já adiantar-me, por uma questão de economia que tempo e, indicarei logo os membros do grupo de trabalho da coligação Albufeira é Tua, serei eu Carla Vieira e o professor Domingos Coelho.” -----

Hugo Aires: “Muito boa noite, Hugo Aires, eleito do Partido Chega na Assembleia Municipal de Albufeira. Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, público presente e a todos aqueles que nos assistem online, a bancada do Partido Chega entende que o Regimento é o instrumento que garante regras claras, igualdade entre bancadas e transparência nos trabalhos desta Assembleia, por isso propomos a criação de um grupo de trabalho dedicado à discussão, revisão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira. Um grupo que seja plural, que permita um processo rigoroso, participado e alinhado com a lei número setenta e cinco de dois mil e treze. O objetivo é muito simples, melhorar o funcionamento da Assembleia e reforçar a clareza das regras que orientam nosso mandato.” (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----



Raul Ferreira: “Senhora Presidente, tal como a deputada Carla, entendemos também que, deve ser criado um grupo de trabalho e que, efetivamente, o Regimento necessita de alterações e adaptações à nova realidade. Iremos indicar dois elementos para compor esse grupo de trabalho.” -----

Presidente da Assembleia: “Face ao exposto, deixo à consideração dos membros da Assembleia Municipal que se constitua um grupo de trabalho para alteração do Regimento.” -----

Votação para constituição de Grupo de Trabalho para alteração do Regimento da Assembleia Municipal: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia: “Propunha aos representantes deste grupo de trabalho das várias forças políticas que, talvez se agendasse uma reunião do grupo de trabalho, a primeira, talvez oito ou dez dias, para termos tempo para que as alterações venham para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. Faremos depois os contactos com os representantes, façam-nos chegar os nomes dos representantes dos grupos de trabalho para agendarmos então a primeira data deste grupo de trabalho, de alteração do Regimento.” -----

PONTO TRÊS

Eleição de quatro Membros Efetivos e dois Membros Suplentes, da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL); -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Hugo Aires: “A bancada do Partido Chega apresenta a proposta de lista mencionada no ponto três, a eleição de quatro membros efetivos e dois membros suplentes da Assembleia Municipal para Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL). Membros efetivos, propomos Luís Manuel Correia Rodrigues - Partido Chega, Nuno Filipe Ricardo Cabrita - Partido Chega, Ana Pífaro – Coligação Ser

Albufeira, Domingos Coelho - Coligação Albufeira é Tua. Para membros suplentes, Carla Vieira - Coligação Albufeira é Tua e Nelson Cachita - Partido Iniciativa Liberal”. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----
Votos em Branco: um (01) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) -----
Foram eleitos os membros efetivos Luis Rodrigues, Nuno Cabrita, Ana Pífaros e Domingos Coelho. -
Foram eleitos os membros suplentes Carla Vieira e Nelson Cachita. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos; -----
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Ajuste Direto para “Aquisição do evento iminente Takeover Albufeira”, com o preço base de 160.000,00€ + IVA; -
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Câmara Municipal: “Senhora Presidente, gostaria que este ponto fosse retirado. Como sabem, o festival iminente estava previsto para dois mil e vinte e cinco, estava integrado no bienal do “Geopalcos” promovido pelos três municípios, Albufeira, Silves e Loulé, do Algarvensis, contudo o procedimento não ficou concluído a tempo, o que impossibilitou de se realizar antes do verão. Houve um reagendamento para entre dez e doze de outubro, que coincidiu com o fim de semana das eleições, ou seja, levou o anterior Presidente a cancelar a edição desta data. Em dois mil e vinte e seis, como nós sabemos não irá haver Geopalcos, e a própria entidade promotora já manifestou descontentamento pelo adiamento e, até nos abriu a porta para cancelarmos se pagarmos apenas os custos já incorridos, que são entre quinze a dezassete mil euros. Perante este cenário e tratando-se de um evento desfasado, fora de contexto e com custos elevados para o município, a decisão mais responsável é avançar com o cancelamento.” -----

Presidente da Assembleia: “Não obstante a sua proposta apresentada para retirar o ponto, a Assembleia Municipal é soberana e são os membros da Assembleia Municipal que decidem se retiram ou não o ponto, por isso vou deixar à votação dos membros da Assembleia a retirada do ponto número cinco da ordem de trabalhos.” -----

Helena Simões: “Tivemos uma situação semelhante na penúltima ou antepenúltima Assembleia e, era ao proponente que cabia o imputo de retirar o ponto. Logo, se o proponente está a retirar o ponto, a Assembleia não pode votar sobre algo que o próprio removeu. Juridicamente falando é o meu entendimento, o proponente retira, logo o ponto sai da ordem de trabalhos, da mesma maneira que foi o proponente que o remeteu. Como tal, se insistir nessa votação, eu sairei da sala, porque juridicamente entendo que não tem coerência.” -----

Presidente da Assembleia: “Irei prosseguir e deixar à consideração dos membros da Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal é soberana.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: duas (02) Ana Pífaros e Alberto Saraiva. -----

Ausências: duas (02) Helena Simões e Raul Ferreira. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta de retirada do ponto foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Município de Albufeira – um passo para a transformação digital” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2025-13: Digitalização da administração pública local (ITI CIM AMAL) – correção de valores, com o valor de 1.297.670,63€, com IVA incluído à taxa legal em vigor; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaros, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Ciclo Urbano da Água em Albufeira: Modernização, Eficiência, Sustentabilidade e Reutilização” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2024-58: Ciclo Urbano da Água em Baixa – ITI CIM, com o valor de 3.917.307,65€ com IVA incluído à taxa legal em vigor; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Pela análise que fiz dos documentos não me parece que esteja contemplada uma obra que considero fundamental e urgente e que está incluída no plano de drenagem da baixa de Albufeira, tem a ver com uma ligação que não foi feita entre o posto da GNR e as bombas de bombagem que estão na Praça dos Pescadores. Pela análise que fiz parece que, não consta esta obra



aí nesse plano de obras. E, eu considero que, é das obras mais importantes a fazer-se nesta altura, para a baixa de Albufeira, ou seja, o que aconteceu foi que, após as obras Pólis, fez-se já uma obra de ampliação das condutas, mas essa ampliação digamos que morreu junto ao posto da GNR da baixa. O que falta fazer, é essa ligação daí, até à zona onde estão as bombas na Praça dos Pescadores, para escoar a água que se acumula sempre, exatamente na Rua Cândido dos Reis, como aconteceu já este ano. A pergunta é, estão lá as bombas, na Praça dos Pescadores, estão a fazer o quê? Há um mês, quando choveu com alguma intensidade, mas nada de especial, aquela zona ficou completamente alagada. Essa, penso que é a intervenção mais urgente e, pelo que vi nos documentos não está contemplada essa ação. Perguntava ao Senhor Presidente, o que é que pensa sobre esta situação, porque sem isso aquele problema da água na Cândido dos Reis continua, aquele acumular água, porque não há capacidade de escoar para o mar, foi feita uma intervenção, estão as bombas lá na Praça dos Pescadores que, julgo eu, que não funcionam, tanto que acumula água onde acumulou.” -----

Presidente da Câmara: “Agradeço o esclarecimento do senhor membro da Assembleia Municipal, de-me aqui um esclarecimento que eu não tinha conhecimento, relativamente a essa bombagem de águas dos pluviais para o mar, é algo que terei de investigar, sei que estamos a finalizar um intercetor, há dois intercetores no plano de drenagem de Albufeira, que é muito importante, um a nascente e outro a poente, estamos a terminar um, temos que iniciar o outro quanto antes, temos também o tal túnel, tipo o de Lisboa, que estava orçamentado em vinte milhões, mas agora com a atualização de preços chegará aos trinta milhões. No outro dia estive com o Secretário de Estado, onde realcei na CCDR que era premente, era imperativo que avançássemos para esta obra, mas sendo um investimento acima dos cinco milhões nós teremos de ir concorrer a fundos, já não será regional, será algo nacional, vamos ter de preparar esse processo, o quanto antes, mas também me foi dito que era preciso, por um técnico da APA, fazer uma prospeção geológica, para saber se a solução da construção desse túnel pode ou não ser feito. Ou seja, mais um atraso que nós temos aqui para poder concorrer a esses fundos que são de âmbito nacional. É algo que estamos em cima da situação, mas algo que vos posso dizer, enquanto se faz ou não se faz este túnel de grande dimensão, tanto a nível de construção como a nível financeiro, temos que acautelar no Plano Diretor Municipal as baicas de retenção, dissipadores, que têm que ser colocados mais a norte, ou seja, para que isto seja feito, esta para mim é a solução que no curto espaço de tempo poderia já salvaguardar esta baixa de Albufeira, mas não podemos fazer porque os terrenos têm de ser expropriados, como nós sabemos. É algo que tem de ser acautelado, pelo que percebi não está acautelado, mas vai ter de ser acautelado no Plano Diretor Municipal, porque nós estamos preparados para um caudal de sessenta e poucos metros cúbicos por segundo, mas se houver uma intempérie como aconteceu em dois mil e quinze, de cento e tal metros cúbicos por segundo, então é uma desgraça, ou seja, temos um sistema que é subdimensionado, isto é algo que nós vamos ter de andar para a frente, porque nós não queremos ser responsabilidades e não queremos pôr as pessoas, os albufeirenses a este tipo de calamidade. Isso é algo que estamos a analisar, mas não tinha conhecimento da bombagem, agradeço o esclarecimento e irei me informar sobre a situação.” -----

Domingos Coelho: “Em relação às bacias de retenção, só para relembrar que, essa solução foi indicada pela APA aquando das obras de última, digamos, encanamento da ribeira de Albufeira, aquela que

chega até junto das bombas da Repsol. Já nessa altura foi proposto essas duas bacias de retenção a montante e, que enfim, não foram feitas.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífarro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, a Proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Quando li o ponto, pensei que iríamos fazer uma deliberação genérica para toda a situação das ARU’s, depois ao ler a documentação é que depreendi que estamos a delegar para um caso específico, para um cidadão. Independentemente do sentido do voto, não é isso que agora interessa, a questão que vou pôr é, digamos mais genérica, ao estarmos aqui a isentar taxas camarárias para as ARU’s, ou para este caso da ARU de Albufeira, há duas, no fundo estamos a isentar taxas camarárias para eu diria, casas de negócio, ou seja, para a não habitação. O objetivo primeiro, julgo eu, deveria ser exatamente isentar as taxas camarárias e facilitar o investimento para primeira habitação. No anterior mandato levantei esta situação algumas vezes, até sugeri e desafiei o antigo executivo e, faço o desafio agora a este executivo, que isente as taxas camarárias para construção de primeira habitação ou reabilitação para todo o concelho, ou seja, se queremos apoiar a habitação, investimento de primeira habitação, seja ela requalificação ou construção nova, desde que seja para habitação, a câmara com as facilidades e, as boas condições financeiras, penso que, isto seria um bom contributo por parte do executivo para fomentar a habitação no concelho.” -----

Presidente da Câmara: “Pela informação que eu tenho, não somos um município com tanta saúde financeira assim, mas não vou entrar aqui em detalhes, relativamente a isso. Compreendo o desafio, entendo o desafio, vamos analisar o desafio. Não lhe digo nem que sim, nem que não, é algo que iremos avaliar. Agradeço a sua explicação.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de Competência para Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Helena Simões: “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, antes de mais, quero começar por um ponto que me distingue de muitos nesta sala, eu mantenho a coerência com que defendia há quatro anos. Em quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, quando uma proposta semelhante “ipsis verbis”, a única coisa que tinha diferente era o valor, veio a esta Assembleia como um limite anual de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, para compromissos plurianuais, votei favoravelmente e fi-lo, porque sempre entendi que a gestão municipal exige ferramentas práticas, desde que existam limites, controle e transparência. Não escondo o meu voto, não o nego, não o rescrevo, assumo, mas o que hoje aqui se discute não é a mesma proposta, o que hoje aqui está em discussão é cinco vezes mais poder, cinco vezes mais delegação, cinco vezes mais risco, uma autorização para compromissos até muitos quinhentos mil euros por ano, como consta claramente na proposta do executivo, e por isso e só isso tenho a responsabilidade de levantar o véu. A questão aqui, não é um instrumento em sim, a questão é métrica e a coerência política de quem traz, porque eu recorde que em dois mil e vinte e um, a coerência política de quem o traz, á data em dois mil e vinte e um, suscitou que seria um cheque em branco, como pugnou ao longo destes quatro anos pela transparência, pelo rigor, pelos contratos públicos, enfim, vem agora pedir meio milhão? Com a mesma leveza como quem muda de cadeira? Esta coerência não é minha. Mas a minha posição, essa sempre foi clara, sou a favor de instrumentos de gestão, quando necessários, sou a favor da delegação, quando equilibrada, e sou totalmente contra transformar a Assembleia num mero carimbador. E, digo mais, o que hoje está em causa ou em discussão não é facilitar processos, é prescindir de escrutínio político e, isso nenhum eleito pode aceitar sem questionar. Sim, votei a favor há quatro anos e, é precisamente por isso que hoje posso dizer de cabeça erguida, isto não é a mesma proposta, isto é uma ampliação dos poderes que exige justificação séria, fundamentada e transparente, e essa justificação não esta aqui, até porque digo e repito, o documento é precisamente igual ao que o anterior executivo trouxe aqui há quatro anos, as únicas duas coisas que alteraram, foi que a lei permitiu agora ir até ao meio milhão, o Presidente da Câmara quer aproveitar essa prerrogativa para não depender da autorização da Assembleia. Quando a fasquia sobe de noventa e nove mil euros, para quinhentos mil



euros a exigência de controlo também deveria subir e não descer. Não posso deixar de lamentar que o Chega, que durante quatro anos pugnou pela transparência nesta casa da democracia venha agora pedir-nos que passemos pura e simplesmente um cheque em branco. de quinhentos mil euros, e por isso deixo claro, eu não mudo de opinião conforme o vento político, sou coerente com o que sempre defendi transparência, rigor e responsabilidade. E, hoje esses princípios obrigam-me a analisar esta proposta com exigência redobrada. Logo de antemão digo que, não irei votar favoravelmente, mas irei me abster para não obstaculizar e, para que o Chega não se possa vitimizar de nós estarmos a dificultar. Agora, não podia deixar de fazer aqui algumas referências de cariz mais técnico, que é o princípio da proporcionalidade e da boa administração, a delegação de competências não é um ato simbólico, é um ato jurídico vinculativo, com impactos diretos sobre dívida consolidada, fundos disponíveis, a execução orçamental anual, a margem de manobra para investimentos estratégicos e a lei, o decreto-lei cento e noventa e sete barra noventa e nove, ou a lei dos compromissos, dos pagamentos em atraso assenta num princípio estruturante, a Assembleia Municipal tem primazia no controlo da despesa plurianual, só delega quando há necessidade, há proporcionalidade, há segurança orçamental e há transparência suficiente para garantir que o controlo político não é diminuído, mas redistribuído. No entanto, a proposta não demonstra, porquê quinhentos mil e, não cem mil, duzentos mil, trezentos mil, porquê o valor máximo? Que análise financeira justificou este valor? Em cenários orçamentais se prevê utilizar esta delegação? Que medidas reforçadas de fiscalização a Assembleia terá? Que mecanismos definem o uso abusivo do limite máximo? Enquanto estas respostas não existirem não tecnicamente prudente aceitar o limite máximo permitido por lei. A minha coerência técnica, votei favoravelmente há quatro anos, porque o quadro era diferente, o valor era diferente, o risco era substancialmente menor e é precisamente por manter a coerência técnica e jurídica que afirmo esta proposta exige maior fundamentação antes de merecer delegação no limite máximo legal, recorde, são os quinhentos mil ou meio milhão. Sem demonstrar a necessidade concreta e controlos reforçados a Assembleia Municipal não deve abdicar do seu papel de fiscalização por automatismo administrativo. Em conclusão, a lei permite delegar, não obriga a delegar, muito menos obriga a delegar pelo valor máximo e sem fundamentação adicional, sem nota justificativa detalhada, sem reforço de mecanismos de acompanhamento, não existe base técnica suficiente aprovar esta delegação nos termos propostos. Transparência não é um obstáculo, transparência é um dever, e foram palavras da atual Presidente da Assembleia Municipal, à data e há quatro anos eleita como deputada única do Chega.” -----

Desidério Silva: “Boa noite, eu respeito claramente tudo o que a Helena disse no contexto da sua argumentação, mas quero lembrar que, fui Presidente da Câmara durante muitos anos, e sei quanto passei por algumas situações complicadas, exatamente por causa de questões como estas e, quando se pede respeito, quando se pede que os políticos sejam honestos, quando se pede que os políticos cumpram as leis, quando se pede que os políticos façam as coisas o mais rapidamente possível, quando se pede que haja agilidade na feitura e na concretização das coisas, portanto, tendo uma experiência de longos anos nisto, eu só posso dizer que, isto só vem ajudar e ainda bem que passa dos noventa e nove mil, para os quinhentos mil.” -----



Nelson Cachita: “Boa noite a todos, Senhor Presidente, o senhor tem passado aqui a noite toda a dizer que a situação financeira da Câmara não é a melhor, acredito que seja como você diz, aquilo que eu não percebo é, como é que perante uma delegação de poderes que tem um limite máximo, se a Câmara está com uma situação financeira débil, como é que se vai logo escolher o valor máximo? Acredito que, tal como o senhor Desidério disse, que tem de haver um processo destes, que facilite quem dirige a Câmara, porque estar sempre a depender da Assembleia dificulta muito, atrasa muito as coisas. Se o teto máximo é o adequado à Câmara, porque não criar outra proposta que é criar um limite, um teto máximo, por exemplo uma percentagem do orçamento em que estes ajustes diretos não pudessem ultrapassar. Porque estamos a falar em quinhentos mil euros por ano, um limite máximo de três anos, quer dizer que em cada ano, são quinhentos mil euros, quer dizer que, isto pode ultrapassar largamente.” -----

Presidente da Câmara: “Não, são quinhentos mil, dividido por três, é diferente.” -----

Nelson Cachita: “De facto é diferente, mas não deixa de ser quinhentos mil euros. A minha ideia é esta, acredito piamente que tem de haver uma delegação de poderes deste tipo para que a Câmara possa ser ágil, a minha questão é o valor, porque acho um bocado exagerado.” -----

Presidente da Câmara: “Para responder ao senhor deputado da IL, para terem uma ideia, nós temos uma receita em dois mil e vinte e quatro, de cento e trinta milhões de euros nesta Câmara, nós temos uma receita elevada, mas temos uma grande despesa, tem que se movimentar grandes números, para ter uma ideia sobre a situação do valor da segurança nos eventos, só aí são duzentos e cinquenta mil euros, por ano, só para ter uma ideia. Imagine que, num ajuste direto que tem de se fazer para ir de encontro àquilo que você disse, o senhor membro disse do estacionamento, para resolvermos isso com celeridade e como disse aqui o senhor ex-Presidente de Câmara, Desidério, nós temos de atuar, temos que resolver, porque um concurso internacional, neste caso demora mais de quatro meses. Eu não posso continuar com as escadas fechadas, não posso continuar com o estacionamento fechado, isto é apenas uma ideia que eu estou a dar. Estes quinhentos mil euros são divididos em plurianual, ou seja, durante três anos, o que nós queremos aqui é que a Câmara fique com processos mais rápidos, mais céleres, menos burocráticos, mais eficientes e isto está dentro da base legal, é o decreto-lei três A de dois mil e vinte e cinco, de dez de março, que aumentou este valor, não estamos a fazer nada de ilegal, estamos apenas a ir de encontro àquilo que está na Lei e o que nós queremos é ter agilidade, não queremos mais nada. Depois falam aqui em transparência, a transparência vê-se sabe como, senhora membro da Assembleia Municipal, através de auditorias financeiras, com certeza que quem vier a seguir vai fazer uma auditoria financeira e, eu serei um dos promotores dessa auditoria, para as pessoas ficarem esclarecidas.” -----

Helena Simões: “Se calhar estamos a fazer confusão com os assuntos e as ferramentas, aqui não é uma questão de contratação pública, concursos europeus, concursos nacionais. Isto aqui é uma questão da despesa plurianual, cuja sindicância base é na Assembleia Municipal e, que esta prerrogativa permite ir até meio milhão. Quando refere a questão da auditoria, subscrevo na íntegra, ninguém entra numa casa e vai tentar meter ordem na casa sem perceber o que é que lá dentro, subscrevo, mas também me dirá que o Chega não está a entrar nesta casa pela primeira vez, o Chega é um partido que já têm assento nesta Assembleia há quatro anos, e que teve quatro anos e corretamente, porque vocês estão

onde estão, a defender transparência, não transferência dessas competências no limite máximo, para não dar azos a abusos, ou seja, da mesma maneira que referiu a auditoria, eu refiro-lhe a si, sim senhora, fez bem a auditoria para arrumar a casa, mas também não pode ignorar que não nasceu aqui agora, o Chega já cá estava. Mas dito isto, eu já disse Presidente, eu vou-me abster, porque sou coerente, não vou andar os próximos quatro anos a dar tiro nos pés e a votar contra ou de uma forma diferente, se calhar quem não é aqui coerente é o Chega, que há quatro anos atrás teve a postura que teve, com noventa e nove mil e, agora quer o que quer, um cheque em branco com meio milhão.” ---
Presidente da Câmara: “Apenas para dizer à senhora membro da Assembleia Municipal que estou cá vinte e três dias, eu não estava cá há quatro anos atrás. O meu nome é Rui Cristina e, fui candidato independente pelo Chega, só para que saiba.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Maria José Leote, Otelio Cabrita, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. ----

Votos a favor: dezoito (18) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Jorge Loureiro, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, da Proposta de Nomeação de elemento para constituição de Júri – Bolsas de Estudo; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Do ponto, verificamos que, é a eleição de um membro da Assembleia para constituição do júri das bolsas de estudos. Não vejo mais inscrições, pelos vistos nenhuma das outras bancadas tem nenhum elemento para indicar, nós temos o membro da nossa bancada, Maria José Leote, uma pessoa de reconhecido mérito, tanto do meio escolar, tem profundo conhecimento sobre a educação, pessoa idónea, pessoa adequada, imparcial e que certamente irá desempenhar um bom trabalho e tem toda a capacidade e habilitação para fazer parte do júri.” -----

Hugo Aires: “Excelentíssima Senhora Presidente, a bancada do Chega também queria propor um elemento, neste caso, o nosso membro Margarita Guilherme.” (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: “Temos então a lista A apresentada pela Coligação Albufeira é TUA, que propõe Maria José Leote e a Lista B, apresentada pelo Chega que propõe Margarida Guilherme.” ----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: -----

LISTA A: oito (08) votos. -----

LISTA B: catorze (14) votos. -----

Votos em branco: dois (02) -----

Votos Nulos: um (01) -----

Foi eleita a Membro Margarida Guilherme para integrar no Júri de análise e classificação das candidaturas de atribuição de Bolsas. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela Coligação “Ser Albufeira”, acerca do tema “Auditorias à Câmara Municipal de Albufeira, nomeadamente, uma Auditoria Financeira e uma Auditoria Legal e de Conformidade ao exercício/mandato do anterior Executivo Camarário; -----
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Raul Ferreira: “Senhora Presidente, se me permite antes de ler a nossa noção, gostaria de saber se efetivamente a Moção, quando é apresentada nos serviços da Assembleia Municipal, é transmitida aos elementos que compõem a Assembleia.” -----

Presidente da Assembleia: “Sim, mas no Regimento tem dois minutos para ler a Moção, se entender que a quer ler.” -----

Raul Ferreira: “A questão que eu coloco é, se antes de vir aqui ler a moção, se os demais elementos da Assembleia têm conhecimento da própria moção. Digo isto porque não recebi o teor, quer da minha moção, como da moção também apresentada pelo Chega.” -----

Presidente da Assembleia: “As moções quando foram inseridas, têm de confirmar no primeiro email da convocatória, onde tem o link, é lá que é inserida a documentação.” -----

Raul Ferreira: “Obrigado pela explicação, não tinha conhecimento.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu entendo, o senhor membro se calhar entendeu que a moção seria enviada em anexo, mas na realidade quando há aditamentos eles automaticamente introduzidos no link da primeira convocatória.” -----

Raul Ferreira: lê a moção apresentada pela coligação Ser Albufeira. (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) Gostaria só de dizer mais umas palavras relativamente a esta moção. Nós entendemos que, não devem restar dúvidas sobre o funcionamento do anterior executivo, a todos os níveis quer a nível de decisões, quer a nível financeiro, e para bem de todos, devemos ter um conhecimento efetivo e, no tempo certo de todas as questões que estejam relacionadas com estas duas auditorias. Penso que, dessa forma, a democracia fica mais rica e não haverá aso também as especulações que muitas vezes crucificam os políticos e que depois, é fácil sujar o nome, mas para limpar é sempre mais complicado, portanto, eu penso que todos estes elementos que aqui pedimos fazem sentido e é para bem de todos.” -----

Carla Vieira: “Relativamente à questão suscitada pelo deputado Raul Ferreira, quanto ao link dos documentos, porque efetivamente o que dava ideia, eu tive esse cuidado e em nome da minha bancada, solicitei esclarecimento ao gabinete da Assembleia Municipal e, foi-me comunicado que o link estaria na convocatória, portanto, no link principal da convocatória. Eu só faria aqui uma chamada de atenção e uma recomendação, portanto, neste momento, já todos sabemos que qualquer aditamento que haja vai para o link principal, se porventura isso não acontecer, que se envie em anexo como costumava ser mandato anterior, porque era hábito que assim fosse e também por uma questão de transparência e, de esclarecimento para que não suscitem qualquer dúvida ou suspeita sobre o não envio de documentos, para não lhe chamar outras coisas. Estamos esclarecidos ou então podiam ter colocado aquando do aditamento que o documento está anexo ao link principal da convocatória enviada no dia catorze de novembro. Eu tive esse cuidado, estou aqui a falar de experiência pessoal. Relativamente

ao ponto, a bancada da Coligação Albufeira é TUA concorda em pleno, também em nome da transparência e do rigor do andamento das auditorias que já foram aprovadas em reunião de Câmara.”

Presidente da Assembleia: “Muito obrigada, Senhora deputada, creio que todas estas eventuais situações referentes aos documentos serão suprimidas e ultrapassadas agora com esta plataforma digital que terá melhor acesso para todos nós.” -----

Presidente da Câmara: “Caro Raul Ferreira e cara Carla Vieira, que fique aqui bem claro, mais uma vez mais que, volto a reiterar aquilo que já disse, eu não pedi as auditorias para fazer política, quero mesmo saber o ponto da situação em várias matérias e, se a Assembleia Municipal quer consultar os relatórios, concordo plenamente e ainda digo mais, ainda bem. Que fique bem claro também que, eu não estou a torcer para que corra mal, eu quero é que corra bem, que esteja tudo bem, para nós seguirmos caminho em direção ao futuro.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo Partido CHEGA, acerca do tema “Comemoração do 50.º Aniversário do 25 de novembro de 1975”; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Hugo Aires: lê moção apresentada pelo Partido Chega. (Doc. n.º 7 anexo a esta ata) -----

Desidério Silva: “Só queria acrescentar umas coisas que escrevi hoje relacionado com o vinte e cinco de novembro. Eu sou um homem do vinte e cinco de abril, eu estive e Santarém com Salgueiro Maia e, portanto, vivi por dentro aquilo que muitos gostavam de ter vivido e, portanto, foi um momento único na minha vida e por isso vivi muito o vinte e cinco de abril, vivi muito todos esses valores que naquele dia nos conduziram à democracia. E hoje quero valorizar de uma forma muito especial esta data do vinte e cinco de novembro, porque também a senti e de forma muito forte, porque estava em causa saber se este país tinha um rumo da democracia ou se avançava para uma ditadura comunista, socialista e soviética. E portanto, a democracia e a liberdade venceram, foi a frase que ficou, a democracia e a liberdade venceu. Queria aqui deixar, independentemente de todos esses militares que o Hugo referenciou, queria deixar aqui uma homenagem justa e reconhecimento a um grande homem, foi e é o General Ramalho Eanes. Este é o meu registo.” -----



Domingos Coelho: “Este ponto é um ponto de uma outra dimensão, é um ponto de dimensão de política nacional e como tal penso que, deve ser tratado com alguma profundidade e uma análise pelos fatos históricos e não por uma tentativa de rescrever a história, ou de qualquer revisionismo. Então eu procuraria, tocar alguns pontos que são os mais importantes de todo o processo que conduz do vinte e cinco de abril ao vinte e cinco de novembro e não vou aqui dar a minha opinião, vou usar factos históricos, não vou aqui dizer se o vinte e cinco de abril ou o vinte e cinco de novembro tem mais ou menos importância. E vamos aos factos, portanto, dá-se o vinte e cinco de abril e o primeiro passo que se segue ao vinte e cinco de abril é o primeiro momento de, digamos, de uma cisão, de uma certa unanimidade que houve logo a seguir ao vinte e cinco de abril que tem a ver com o vinte e oito de setembro, e isso é importante, porque daqui sai muitas coisas que, vamos ver ligadas lá mais à frente. Com o vinte e oito de setembro demite-se, Antonio Spínola, o Presidente da República, e o que se chamou na altura a revolução imprime um processo um pouco mais à esquerda. Spínola foge para Espanha e forma uma MLDP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) da qual o senhor Diogo Pacheco de Amorim, fez parte. Entretanto forma-se um outro governo, entramos por movimentações muito populares e vamos chegar ao onze de março. Onze de março, é uma tentativa exatamente de as forças de direita, comandado por António Spínola retomar, reconquistar o poder, onze de março de setenta e cinco. O que acontece é que isso já permitia às forças de esquerda ganharem uma grande embalagem, forma-se o conselho de revolução, fazem-se as nacionalizações e entra-se num processo mais radical, digamos, mais à esquerda que conduz depois ao verão quente de setenta e cinco. No verão quente de setenta e cinco, diríamos que, e tendo em conta o contexto internacional da Guerra Fria, cria-se aqui uma sociedade muito mais radicalizada, e temos de ter em conta agora aqui duas grandes forças. Aquelas que podemos chamar mais à esquerda e mais à direita e a questão política militar. Na altura havia três forças, digamos assim, do domínio político-militar, uma que mais à frente, que se vai chamar o grupo dos nove, depois a força que era pró-comunista, Vasco Gonçalves, digamos assim e, uma mais à extrema esquerda de Otelo Saraiva Carvalho, com o (COPCON) e, é deste choque, destas forças, que mesmo uma outra força que procura fazer aqui, digamos uma separação de águas, foi o trabalho e a ação de Mário Soares que conduz à manifestação da fonte luminosa, no verão quente de setenta e cinco, e é uma ponte de viragem, do ponto de vista político dos partidos. Isso vai refletir-se depois na Assembleia do MFA, chamado o policiamento de Tancos, uma reunião do MFA, onde o MFA retira os poderes a Vasco Gonçalves, e Vasco Gonçalves sai do Governo e forma-se o sexto governo provisório. Estão criadas as condições para que surja o choque militar, um dos militares que participou disse há poucos dias que, o vinte e cinco de novembro, não foi mais do que um choque entre os militares, um ajuste entre os militares, de um lado estava o grupo dos nove e, não é demais lembrar, um homem fundamental nesta altura, Melo Antunes, que era um militar com a maior capacidade de análise política e, do ponto de vista operacional, Ramalho Eanes. É este grupo político-militar, que vai aproveitar um avanço dos Para-quedistas e que faz com que se dê o vinte e cinco de novembro. O vinte e cinco de novembro, não é mais do que, uma resposta do grupo dos nove e, quem são o grupo dos nove? Na altura, os militares tinham o controlo do país, tinham a região do litoral sul comandada por Pizarat Correia, a região militar de Lisboa por Vasco Gonçalves que tinha substituído Otelo Saraiva de Carvalho, e foi isso também que levou depois ao choque entre estas forças militares,



da região centro Franco Charais e, no Norte Pires Veloso, que não era do grupo dos nove. Deste choque, do ponto de vista político está Mário Soares, o PPD na altura estava fragilizado, porque Sá Carneiro tinha ido para Londres por doença, tinha deixado o partido a Emídio Guerreiro, e do ponto de vista partidário é o PS que domina, que faz com que haja este confronto com as forças mais à esquerda. O que vai acontecer, militarmente o grupo dos nove, com Ramalho Eanes como operacional consegue dominar os para-quedistas com a força dos comandos, e o que acontece do ponto de vista político é que, consta-se que, Álvaro Cunhal foi aconselhado por Moscovo a recuar. Otelo Saraiva de Carvalho hesitou e acaba por não fazer avançar as suas tropas da extrema-esquerda e, portanto, quem são os vencedores no vinte e cinco de novembro? O grupo dos nove, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vitor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, do ponto de vista político, o PS e o PPD, mas, principalmente o PS e, quem são os vencidos? Os vencidos são o PC, a extrema-esquerda e a extrema-direita. Prova disso, é que Alpoim Galvão, ou homens como Kaúlza de Arriaga, António de Spínola acabam por pressionar o grupo dos nove e principal Melo Antunes a ilegalizar O PC. Por isso é que, no dia vinte e seis, Melo Antunes vem à televisão dizer que a democracia far-se-á também com o Partido Comunista. Estas forças, extrema-direita, são também os vencidos nesta altura, é neste contexto que ainda hoje não percebi porque é que as forças de esquerda moderada, que são as vencedoras acabaram por, digamos que abandonar a bandeira do vinte e cinco de novembro e, deixaram o vinte e cinco de novembro à direita e a extrema-direita. É um lapso, digamos assim, que faz com que hoje a bandeira da extrema-direita seja o vinte e cinco de novembro, que acusa a esquerda de usar o vinte e cinco de abril como sua bandeira, mas a extrema-direita usa o vinte e cinco de novembro. Com este enquadramento, isto são factos. Gostaria agora de ir à Moção, quando se diz aqui, julgo que isto foge até um pouco à questão do vinte e cinco de novembro quando se diz aqui na moção “iniciativas que procurem excluir da vida política forças partidárias legitimadas pelo voto popular”, constitui uma afronta ao espírito do vinte e cinco de abril. Eu penso que, isto remete para outras questões que está agora na ordem, de alguma queixa junto do Tribunal Constitucional, isto acho que não tem nada a ver com o vinte e cinco de novembro. Avançando no conteúdo da moção, diz que o vinte e cinco de novembro foi efetivamente o momento em que Portugal disse chega ao extremismo, já agora era o extremismo de direita e de esquerda. Finalmente, digamos que, aqui nas considerações mais importantes, diz aqui “homenagear todos os militares e civis que contribuíram para a defesa da democracia no vinte e cinco de novembro”. No dia vinte e cinco de novembro, não houve muito movimentações populares, foi decretado o estado sítio, não houve ninguém nas ruas no dia vinte e cinco de novembro. A seguir diz reconhecer o vinte e cinco de novembro como uma data estruturante da democracia, estruturante é o vinte e cinco de abril, que é a data fundadora, a prova que o vinte e cinco de novembro, não é estruturante, é que, no dia vinte e seis de novembro o governo era o mesmo que estava no dia vinte e quatro, o Presidente da República era o mesmo, portanto o que é que mudou? Hoje quando há uma mudança, a primeira coisa que se faz é mudar o governo, como aconteceu no vinte e cinco de abril, no dia vinte e seis de novembro o governo era o mesmo, o Presidente da República era o mesmo, nem houve uma alteração de ministro sequer, nem um ministro saiu. Depois diz, “condenar qualquer iniciativa que procure restringir o pluralismo democrático”, parece que, isto não remete nada para o vinte e cinco de novembro e, então a terminar quando se diz “vinte e cinco de



novembro, sempre. Comunismo nunca mais” acho uma situação perfeitamente, eu diria inaudita, porque não houve comunismo, dizer era comunismo nunca ponto. Nunca mais subentende que, já houve. Penso que, é português, nunca mais é porque já houve, mas não houve. Já agora perguntar porque não pôr aqui fascismo nunca mais? O esquecimento foi esquecimento, por convicção? Era o mínimo que se pedia, porque fascismo nunca mais, ou nesta suposta sociedade não podia entrar nenhum Salazar e há já quem peça três.” -----

Raul Ferreira: “Vou ser um bocadinho mais célere, efetivamente só gostava de partilhar convosco um pouco daquilo que tenho visto e penso. Tem criado alguma confusão esta situação de se criar uma comparação entre o vinte e cinco de abril e o vinte e cinco de novembro. Efetivamente, às vezes dá-me ideia, pareceu-me quase os miúdos a dizer quem é que tem o carrinho maior para brincar. São datas, as duas importantes, não tenho dúvidas que o vinte e cinco de abril marcou uma viragem na vida de todos nós, na vida de Portugal, mas o vinte e cinco de novembro tem enorme importância porque veio consolidar os princípios inerentes ao próprio vinte e cinco de abril, que é o princípio essencial do ser humano, que é a liberdade. Como disse há pouco, sou humanista e penso que, o homem deve estar no centro de tudo e a liberdade é a ferramenta que permite ao homem realizar-se na sua plenitude. Portanto, o vinte e cinco de abril e o vinte e cinco de novembro, são duas datas importantes e devemos valorizar as duas. Eu, pessoalmente não tenho problema com a cor das flores, tanto gosto de rosas brancas, como de cravos vermelhos, portanto convivo bem com as duas realidades e esta moção do Chega para mim faz sentido e vou votar favoravelmente.” -----

Luis Rodrigues: “Boa noite, a apresentação desta moção não tem a ver com comparar o vinte e cinco de abril com o vinte e cinco de novembro. Esta moção é sobre o vinte e cinco de novembro. Falando em factos, o vinte e cinco de abril foi um golpe militar que derrubou o estado novo. O vinte e cinco de abril, teoricamente deu-nos liberdade e vou já explicar porque digo teoricamente, é que, entre o onze de março e o vinte e cinco de novembro existiu o (PREC) Período de Revolução em Curso, como bem disse, tivemos o país em estado sitio, houve inclusivamente e acho que, até à data de hoje o maior debate político, não só em quantidade de tempo mas também de importância entre Álvaro Cunhal e Mário Soares, o primeiro debate que foi transmitido pela televisão, se não estou em erro, num programa que se chamava “responder ao país”. A vossa bancada é o melhor exemplo, quando digo a vossa bancada é o TUA, porque eu não sei se estou a falar com alguém do PS ou do PCP ou do Bloco de Esquerda, ou de um partido que é um aglomerado, eu não sei, por isso se calhar a intervenção do senhor Domingos, eu não percebi muito bem. Mas, a questão é que, o vinte e cinco de novembro, é celebrado como a data da consolidação da democracia, que é o que nos permite estar aqui hoje, sem estar com comparações entre o abril e o novembro. É só isto que se trata, não há comparações, ambos tiveram a sua importância, um despoletou e o outro consolidou, acho que é muito claro, não vale a pena estar a dizer quem foi o rastilho, se foi o Otelo que saiu, se foram os para-quedistas, se foram os comandos, essa parte é muito maçuda para quem está aqui presente. Nós estamos a votar uma moção, que só diz respeito ao vinte e cinco de novembro.” -----

Helena Simões: “Cara presidente, só para esclarecer para o futuro e, para que esta situação não volte a acontecer, o nosso regimento neste momento diz que o proponente tem dois minutos para apresentar e, cada bancada tem dois minutos para pedir esclarecimentos ou sentido de voto. Peço-lhe que

considere esta questão, porque como alguém disse, estarmos aqui dez minutos e não obstante ter sido interessante o discurso do caro deputado, foram dez minutos a ouvir uma história.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: seis (06) Carla Vieira, Domingos Coelho, Maria José Leote, Otelo Cabrita, Presidente de Junta de Freguesia da Guia e Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Ana Pífarro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

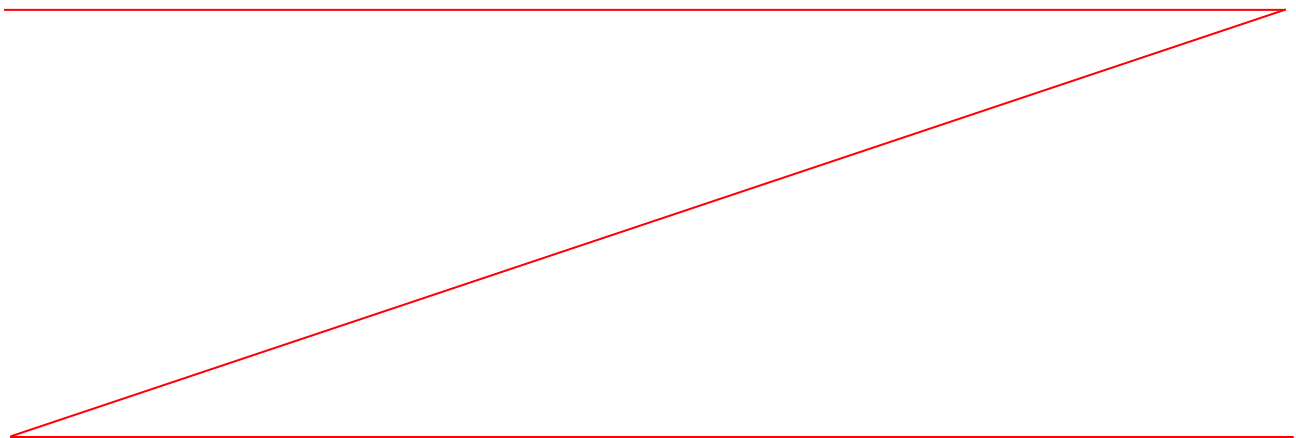
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 26 de novembro de 2025 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO-SECRETÁRIO _____





Doc. n.º 1

D. Maria Rosa dos Santos Oliveira
D. Helena Zau Svjo Reis Soares
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Os habitantes da Aldeia dos Canais, freguesia de Ferreiras, vêm por este meio pedir a sua atenção para o seguinte:


Após décadas de investimento significativo realizado em infraestruturas municipais que melhoraram visivelmente a qualidade de vida dos habitantes e visitantes do concelho de Albufeira, alertamos-lhe para o facto de que a nossa aldeia não dispôr ainda de uma rede de saneamento básico, apesar dos diversos apelos feitos no passado à sua equipa. Recentemente, a Junta de Freguesia das Ferreiras, a qual contactamos sobre o mesmo assunto, informou-nos de que já existe trabalho preparatório feito com vistas à instalação da rede de saneamento. Informou-nos também de que qualquer passo ulterior no processo é competência da Câmara Municipal de Albufeira.

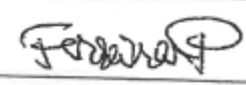

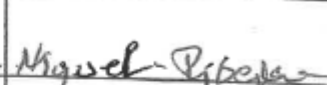
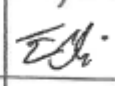

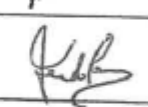
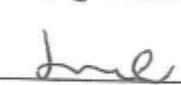

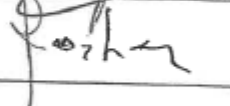
Permita-nos realçar que a falta desta infraestrutura tem consequências diárias: em primeiro lugar, os custos da instalação, legalização e manutenção dos equipamentos privados de saneamento recaem exclusivamente sobre os seus proprietários, os quais, não obstante, pagam desde há anos uma taxa de saneamento incluída na fatura mensal da água; em segundo lugar, a qualidade da gestão do saneamento é deixada em mãos dos habitantes. Isto representa um risco de saúde pública, agravado pelo facto de que parte dos habitantes não possui os meios económicos para garantir uma correta gestão das suas necessidades e equipamento de saneamento.

Face ao exposto, e na esperança da sua boa compreensão, pedimos-lhe, Senhor Presidente, que aborde este assunto com a maior das atenções e que intervenha com a maior celeridade possível.

Atentamente, agradecem os habitantes abaixo-assinados:

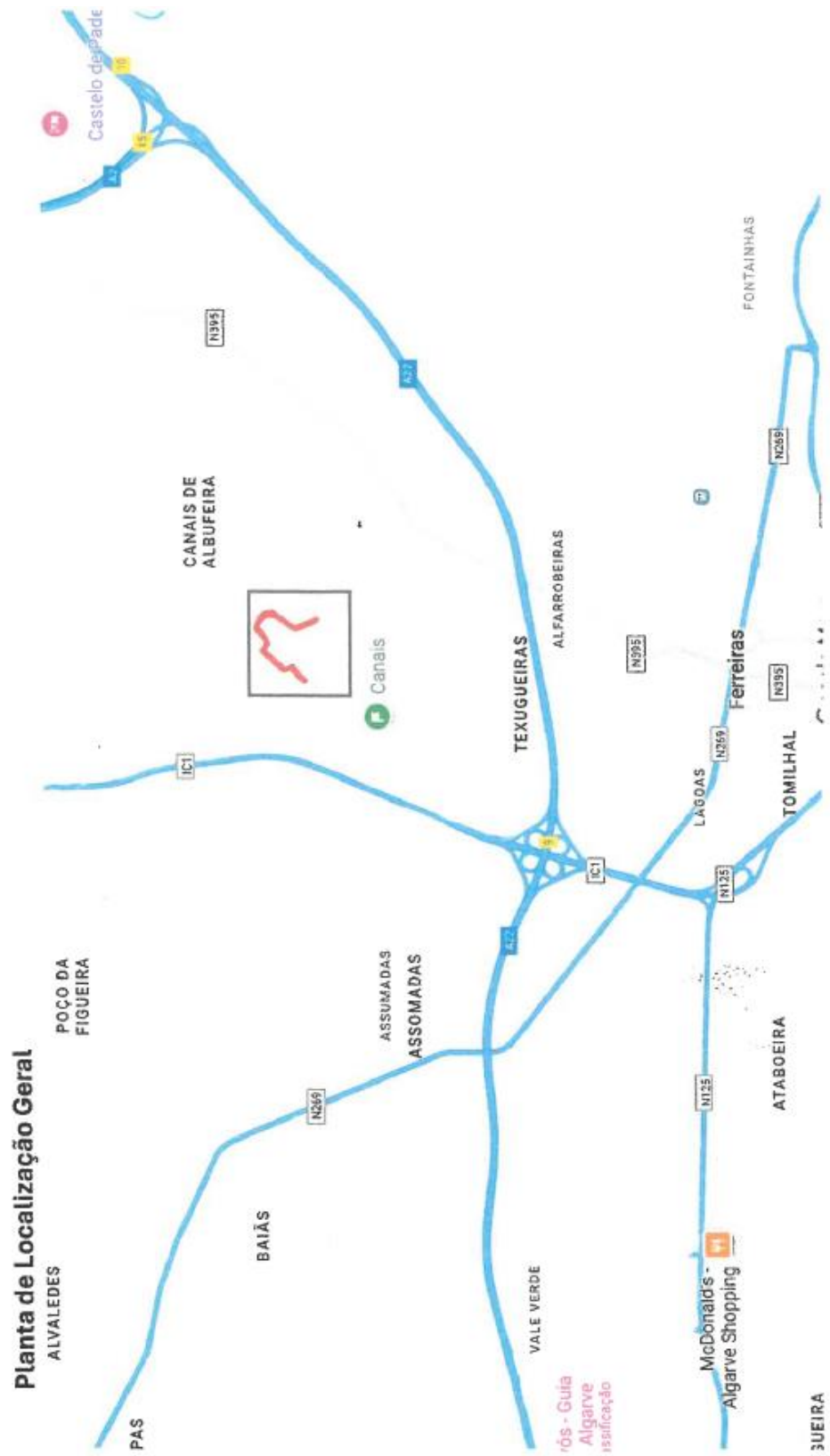
Nº	Nome NIF: 104989874	Morada	Assinatura
1	Fernando de Pinho NIF: 129606928	Aldeia dos Canais	Fernando de Pinho
2	Júlia Paulo	Aldeia dos Canais	Júlia Paulo
3	Maria Rosa	aldeia canais	
4	NIF: 199924431 Ana Silva	Aldeia dos Canais	Ana Silva
5	NIF: 189846310 Antonio Silva	Aldeia dos Canais	
6	Joséphina Sofia 152346880	ALDEIA DOS CANAIS	276470655
7	Margarida Mendes 116799471	Aldeia dos Canais	
8	Fernando Reis 233 920 129	Canais	Fernando
9	Samantha Lumm 244 090 548	Canais	S. Lumm
10	June Fernor 287758590	Canais	June Fernor
11	Paulo N. K. de 193755416	Canais	P. N. K.
12	Halder Palliela 219 596 443	Canais	Palliela
13	F. B. L. 138848130	Canais	
14	Rosa Fátima T. Sousa Fernandes	Canais	Rosa Fernandes
15	José Fernando Sousa Silva 180970143	CANAIS	José Fernando Sousa
16	266409628 José Silva	Canais	José Silva
17	127257217 Larissa da Silva	Canais	Larissa Silva
18	178928682 Márcia Alíel	Canais	

Nº	Nome	Morada	Assinatura
	Maria de Lurdes Jorge 134642864	Canais	Maria De Lurdes Jorge
	Jaime M. Jorge 130026891	Canais	Jaime Jorge
	Catarina Silva 268955310	CANAIS	Catarina Silva
	Bruno Sousa 137449297	CANAIS	
	Helena Jacinto 183437007	CANAIS	Helena Jacinto
	Leandro Cabrita 194316092	Canais	Leandro Cabrita
	Paula FERREIRA 225618185	CANAIS	Paula FERREIRA
	Simão Cabrita 274044232	CANAIS	Simão Cabrita
	SERNY 246245210	Canais	Sesty Oesysta
	Sónia Sim 207284267	Canais	Sónia Sim
	Lúcia Santos 275335771	Canais	Lúcia Santos
	Rainha de Sousa Casalhum 07700990	Canais	Rainha Casalhum
	Fátima Madalena 238478076	CANAIS	Fátima Madalena
	UIROEL SAFTA 240691328	CANAIS	uiroel safta
	Florica Mihalca Safta 289433295	Canais	Safta
	Bianca Inia Safta AMARAL 251402223	Canais	Bianca SA
	Edon Júnior Viegas do Amaral 318839008	Canais	Edon Amareal
	Matilde Safta Amareal	Canais	Matilde Safta AMAREAL

Nº	Nome	Morada	Assinatura
182011046	Paulo Fernando de Ponte Ferreira Canais	Canais	
199565759	Graciete Ribeiro Ferreira Canais	Canais	
251673995	Miguel Ribeiro Ferreira Canais	Canais	
Edi 239620488	Canais	Canais	
235350583	Maria Luísa Ferreira	Canais	
179922785	Fernando Soares	Canais	
158323572	Leonel Correia	Canais	
174109960	José Luís	Canais	
198328729	Domíngos João Marques	Canais	



Planta de Localização detalhada





JUNTA DE FREGUESIA DA GUIA

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira,

Eng.º Rui Celestino dos Santos Cristina,

Venho por este meio apresentar os projetos que estavam a ser desenvolvidos por nós em conjunto com o anterior executivo do Município de Albufeira, conforme o seguinte:

- Nova Sede da Junta de freguesia, parque de estacionamento e sala polivalente.
- Projeto de habitação
- Ampliação da rede de esgotos na quinta Barrancos, na estrada Barrancos, caminho perpendicular ao caminho da barreira e na zona da Ataboeira.
- 2ª fase do orçamento participativo da requalificação do polidesportivo da Guia.
- Requalificação da zona da fonte da Guia, projeto do orçamento participativo.
- Colocação de cobertura nas bancadas do campo relvado do complexo desportivo Arsénio Catuna e construção dos novos balneários do campo sintético.
- Construção de capela junto do Cemitério Municipal da Guia
- Requalificação do Telhado da Igreja Matriz da Guia
- Rotunda junto ao Mercado municipal
- Ampliação do JI de Vale Rabelho
- Ar condicionado escola EB 1. 2 e 3 da Guia
- Passadiço para o Shopping

Guia, 26 de novembro de 2025

O Presidente

Dinis Manuel Cabrita dos Santos do Nascimento



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Albufeira,
Drª Luna Silva

Requerimento

Assunto: Criação de Grupo de Trabalho para Revisão e Consolidação do Regimento da Assembleia Municipal

Hugo Miguel Isidro Aires, na qualidade de **Líder do Grupo Municipal do Partido CHEGA**, ao abrigo do disposto no **artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**, bem como das competências regimentais próprias dos grupos municipais, vem apresentar o seguinte:

No âmbito da discussão, apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira, e considerando que o Regimento constitui o instrumento essencial de organização interna, disciplina procedimental e garantia da transparência e eficácia dos trabalhos deste órgão deliberativo, **requer-se a criação de um Grupo de Trabalho para a Revisão e Consolidação do Regimento da Assembleia Municipal.**

Fundamentação

1. O Regimento deve refletir boas práticas de funcionamento democrático, assegurar clareza procedimental e garantir o pleno exercício dos direitos e deveres dos eleitos locais.
2. A revisão e consolidação do documento beneficia de um espaço próprio, tecnicamente orientado, onde todas as forças políticas participem de forma equilibrada.
3. A criação de um Grupo de Trabalho permite harmonizar procedimentos, prevenir conflitos interpretativos futuros, reforçar a transparência e promover o bom funcionamento institucional da Assembleia Municipal.



4. Verifica-se interesse público e relevância autárquica na atualização rigorosa do Regimento, conforme princípios do CPA, da legalidade, da proporcionalidade e do bom funcionamento dos órgãos autárquicos.

Proposta

Requer-se que o Grupo de Trabalho seja constituído por representantes de **todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal**, garantindo:

- proporcionalidade;
- pluralidade política;
- contributos técnicos de cada grupo;
- elaboração de uma proposta final de redação a apresentar à Mesa num prazo razoável a definir por esta.

Deliberação pretendida

Que o presente requerimento seja admitido, apreciado e votado em conformidade com o Regimento, procedendo-se à constituição formal do referido Grupo de Trabalho.

Albufeira, 26 de Novembro 2025

O Líder do Grupo Municipal do Partido CHEGA,

Hugo Miguel Isidro Aires

PROPOSTA DE LISTA

Ponto 3 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira 26 de novembro de 2025

Proposta apresentada pela Bancada do Partido CHEGA da Assembleia Municipal de Albufeira

Nos termos do disposto nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente à eleição dos representantes municipais para as estruturas intermunicipais, submete-se à apreciação e votação desta Assembleia Municipal a seguinte **Lista de Quatro Membros Efetivos e Dois Membros Suplentes** para a **Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL)**:

Membros Efetivos Propostos:

1. Luís Manuel Correia Rodrigues – Partido CHEGA
2. Nuno Filipe Ricardo Cabrita – Partido CHEGA
3. Ana Pífaro – Coligação Ser Albufeira (PPD/PSD-CDS- PP)
4. Domingos Coelho – Coligação Albufeira é TUA (PS.L.BE.PAN)

Membros Suplentes Propostos:

1. Carla Vieira – Coligação Albufeira é TUA (PS.L.BE.PAN)
2. Nelson Cachita - Partido INICIATIVA LIBERAL

A presente lista é apresentada ao abrigo da competência da Assembleia Municipal para designar os seus representantes, respeitando o método de eleição previsto no regime jurídico das autarquias locais e assegurando a representação institucional do Município de Albufeira na AMAL.

Solicita-se, assim, que a Mesa proceda à organização do respetivo ato eleitoral, com votação por escrutínio secreto, conforme prática consolidada.

Assinaturas

Luís Manuel Correia Rodrigues – Partido CHEGA



Nuno Filipe Ricardo Cabrita – Partido CHEGA



Ana Pífaro – Coligação Ser Albufeira (PPD/PSD-CDS- PP)



Domingos Coelho – Coligação Albufeira é TUA (PS.L.BE.PAN)



Carla Vieira – Coligação Albufeira é TUA (PS.L.BE.PAN)



Nelson Cachita - Partido INICIATIVA LIBERAL



**Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,
Dr.ª Luna Silva,**

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido CHEGA, venho por este meio informar V. Ex.ª que, na **Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 26 de novembro de 2025**, foi deliberado e aprovado o elemento a designar para integrar o **Júri de Atribuição das Bolsas de Estudo Municipais**, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.

Assim, comunica-se que o membro eleito é:

— **Margarida Guilherme, Deputada Municipal (Partido CHEGA).**

Solicita-se à Mesa que proceda à formalização da nomeação e à sua comunicação à Câmara Municipal, para efeitos de constituição do Júri e continuação do procedimento administrativo relativo às Bolsas de Estudo.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Miguel Isidro Aires
Líder da Bancada do Partido CHEGA
Assembleia Municipal de Albufeira





Doc. n.º 6

MOÇÃO


A coligação “Ser Albufeira” vem, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1 do Artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira, propor à Digníssima Assembleia Municipal Albufeira a discussão e votação da seguinte Moção:

Por deliberação camarária, aprovada na Sessão de Câmara de 10 de novembro de 2025, foi deliberado, por unanimidade, mandar realizar duas auditorias à Câmara Municipal de Albufeira, nomeadamente, uma Auditoria Financeira e uma Auditoria Legal e de Conformidade ao exercício/mandato do anterior Executivo Camarário.

Assim sendo, entendemos que, face às atribuições e competências desta Digníssima Assembleia Municipal, na salvaguarda e a bem dos princípios de transparência, participação e fiscalização, deverão ser remetidos a esta Assembleia Municipal todos os relatórios preliminares e definitivos que venham a ser produzidos pelos Auditores responsáveis pela realização das mencionadas auditorias, assim como todas as comunicações escritas trocadas entre o Executivo e os referidos Auditores.

Albufeira, 21.11.2025.

O líder de bancada da coligação “Ser Albufeira”



Raúl Ferreira

Doc. n.º 7



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Albufeira,

Dr.ª Luna Silva

MOÇÃO

Assunto: Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Novembro de 1975

Hugo Miguel Isidro Aires, Líder do Grupo Municipal **CHEGA**, vem, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar a seguinte **Moção pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975**, propondo a sua discussão e votação em reunião da Assembleia Municipal.

Considerandos

No dia 25 de Novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. Num contexto de grande instabilidade política, social e militar, marcado pelo Processo Revolucionário em Curso (PREC), ocorreu uma viragem fundamental que permitiu restaurar a autoridade das instituições civis democraticamente legitimadas e garantir que o caminho iniciado com o 25 de Abril de 1974 seria consolidado num regime democrático pluralista.

A relevância histórica desta data manifesta-se tanto no imediato — estabilização da crise militar, contenção das forças radicais que ameaçavam a ordem constitucional, e reafirmação da soberania democrática — como no seu valor simbólico enquanto momento fundador da estabilidade e moderação democrática portuguesa.

Em 2025, no seu cinquentenário, o Estado português atribuiu ao 25 de Novembro dignidade institucional reforçada, através da criação de uma Comissão Comemorativa e pela realização, na Assembleia da República, de solenidades próprias dedicadas à data, reconhecendo-a oficialmente como momento estruturante da memória democrática nacional.

Celebrar o 25 de Novembro é celebrar a liberdade, o pluralismo, a legalidade democrática e a convivência cívica. É recordar que a abertura de Abril não devia



degenerar em qualquer forma de autoritarismo — nem de esquerda nem de direita — mas transformar-se num regime democrático estável, inclusivo e responsável.

É igualmente reafirmar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a salvaguarda da liberdade exige vigilância permanente, responsabilidade e firmeza na defesa dos valores constitucionais.

À luz deste legado, torna-se imperativo afirmar que qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, designadamente iniciativas que procurem excluir da vida política forças partidárias legitimadas pelo voto popular, constitui afronta ao espírito do 25 de Abril e do 25 de Novembro, e não pode deixar de ser repudiada.

Devemos também recordar os militares que, com coragem e determinação, defenderam a democracia naquele dia decisivo: os Comandos, sob a liderança do Tenente-Coronel Jaime Neves; o General Pires Veloso e os seus homens no Norte; e todos os militares e civis que, na Base Aérea de Cortegaça e por todo o país, se mobilizaram para garantir a preservação da liberdade.

O 25 de Novembro foi, efetivamente, o momento em que Portugal disse **CHEGA** ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular.

Assim, o Grupo Municipal CHEGA propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Homenagear todos os militares e civis que contribuíram para a defesa da democracia no dia 25 de Novembro de 1975.
2. Reconhecer oficialmente o 25 de Novembro como data estruturante da consolidação democrática portuguesa.
3. Reafirmar o compromisso desta Assembleia Municipal com os valores do pluralismo político, da liberdade e da legalidade democrática.
4. Condenar qualquer iniciativa que procure restringir o pluralismo partidário por via administrativa ou judicial, em violação do princípio democrático e da soberania popular.

25 de Novembro, sempre. Comunismo nunca mais!